



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA –ILAESP
LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

COSMOLOGIA PENTECOSTAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

DOUGLAS DOS SANTOS FRANÇA

FOZ DO IGUAÇU – PR

2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA –ILAESP
LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

COSMOLOGIA PENTECOSTAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

DOUGLAS DOS SANTOS FRANÇA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino – Americano de
Economia, Sociedade e Política da Universidade
Federal de integração Latino – Americana, como
requisito parcial a obtenção do título de Licenciado em
Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Napoleão Schoeller De Azevedo
Junior

FOZ DO IGUAÇU – PR

2022

DOUGLAS DOS SANTOS FRANÇA

COSMOLOGIA PENTECOSTAL REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino – Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal de Integração Latino – Americana, como requisito parcial a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Napoleão Schoeller De Azevedo Junior

UNILA

Profa. Dra. Silvia Ferro

UNILA

Prof. Dr. Gonzalo Montenegro

UNILA

Foz do Iguaçu,dede.....

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Douglas dos Santos França

Curso: Licenciatura em Filosofia

Tipo de Documento

- (X) graduação (.....) artigo
(.....) especialização (X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado (.....) monografia
(.....) doutorado (.....) dissertação
 (.....) tese
 (.....) CD/DVD – Obras audiovisuais
 (.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome da orientadora: Prof. Dr. Napoleão Schoeller De Azevedo Junior

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana –BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico esse trabalho a minha querida esposa Geanifer, minha filha Dheily e aos meus amigos que incentivaram neste trabalho, também aos colegas do projeto de extensão:

Teologia, universidade e espiritualidade.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus que me concedeu a vida e força para chegar até aqui. Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Napoleão Schoeller De Azevedo Junior que mesmo em cima da hora, decidiu ser meu orientador, dando feedbacks necessários, alinhando e mostrando uma perspectiva coerente com o trabalho científico e filosófico. A Profa. Dra. Silvia Ferro meus sinceros agradecimentos. Talvez senão houvesse aquelas conversas após aulas, e os debates propiciados no projeto de extensão: “teologia, universidade e espiritualidade”. Talvez a possibilidade de uma discussão na temática deste trabalho nunca teria sido pensada.

Agradeço a todos meus familiares, meus pais, irmãos, sogros etc. Não sendo possível mencionar todos eles. Mas em especial quero agradecer a minha querida esposa Geanefer. Agradeço por ter me incentivado aos estudos, pela paciência principalmente neste período de TTC. A empatia, as renúncias entre elas o notebook, para que eu pudesse terminar o trabalho. Como também, a abdicação do seu tempo de descanso seja para me ajudar no meu trabalho, seja para dedicar totalmente ao cuidado de nossa linda bebê.

Agradeço aos meus amigos e companheiros ministeriais, meus pastores. Ao meu amigo teólogo Everton Jacomini, pelas discussões acaloradas e a disponibilização seu acesso a: cursos, ebook, materiais digitais etc. Agradeço também aos colegas do curso Licenciatura em Filosofia 2017. Onde, desenvolvi amizades, resolvi problemas e que recebi motivação. Aos professores e a UNILA. Universidade que sendo plural e intercultural, me proporcionou uma visão mais ampla sobre os posicionamentos cristãos no âmbito social.

RESUMO

A pesquisa tratará do ativismo e representação política, através da perspectiva cristã evangélica. Pretende assimilar a cosmovisão dentro de um âmbito conceitual filosófico, e seu recente interesse dentro do âmbito político. Sendo as representações e o ativismo político, ferramentas eficientes e poderosas. Buscaremos mecanismos necessários, para compreendê-las, e analisar suas possíveis consequências no espaço público. Este trabalho pretende motivar a produção de mais materiais dessa temática, por causa da escassez bibliográfica, e revigorar a relevância das representações evangélicas e o ativismo político pentecostal. E estes trabalhos futuros, poderão proporcionar um avanço político dentro do espaço público brasileiro. Como também, diminuir a ignorância tão vigente em nossos dias, em relação a este grupo. A metodologia usada será descritiva argumentativa, expondo conceitos e problemáticas de aspecto filosófico. Será realizada, a observação histórica dos evangélicos, teólogos contemporâneos, filósofos, e teóricos. Que abordarão os conceitos que serão trabalhados. Os resultados propostos serão a possibilidade de respeitar este segmento religioso, desmistificar alguns preconceitos e conceitos incoerentes em relação aos evangélicos. A análise da temática demonstrará que as representações são efeitos do ativismo evangélico, que é fruto de uma cosmologia própria. Igualmente, o ativismo evangélico tem sido responsável por muitas pautas atuais, porém é um movimento recente e em pleno desenvolvimento. De tal forma que, os conceitos trabalhados aqui, poderão ser compartilhados, discutidos e criticados.

Palavras-chaves: ativismo político; representação política; evangélicos;

ABSTRACT

The research will deal with activism and political representation, through the evangelical Christian perspective. It intends to assimilate the cosmivision within a philosophical conceptual scope, and its recent interest within the political scope. As representations and political activism, efficient and powerful tools. We will seek necessary mechanisms to understand them and analyze their possible consequences in the public space. This work intends to motivate the production of more materials on this theme, due to the bibliographic scarcity, and to reinvigorate the relevance of evangelical representations and Pentecostal political activism. And these future works may provide a political advance within the Brazilian public space. As well as reducing the ignorance so prevalent in our days, in relation to this group. The methodology used will be descriptive and argumentative, exposing concepts and problems of a philosophical aspect. The historical observation of evangelicals, contemporary theologians, philosophers, and theorists will be carried out. This will address the concepts that will be worked on. The proposed results will be the possibility of respecting this religious segment, demystifying some prejudices and incoherent concepts in relation to evangelicals. The analysis of the theme will demonstrate that the representations are effects of evangelical activism, which is the result of its own cosmology. Likewise, evangelical activism has been responsible for many current agendas, but it is a recent movement in full development. In such a way that the concepts worked here can be shared, discussed and criticized.

Keywords: political activism; political representation; evangelicals.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 9 |
| 2. Ativismo e militância..... | 10 |
| 3. Ativismo evangélico | 12 |
| 3.1 Os aspectos teológicos:..... | 14 |
| 3.2 Os aspectos científicos:..... | 14 |
| 4. Possíveis consequências do ativismo evangélico | 16 |
| 5. Relevância do ativismo | 18 |
| 5.1 Antropologia Cristã | 19 |
| 5.2 O continuísmo..... | 21 |
| 5.3 A santificação | 23 |
| 5.4 A escatologia | 24 |
| 6. Crenças internas basilares que legitimam ação política | 25 |
| 6.1 Narrativa bíblica | 26 |
| 6.2 Doutrina apostólica..... | 27 |
| 6.3 Influência secular..... | 29 |
| 6.4 Bússola Moral..... | 30 |
| 6.5 O evangélico como cidadão..... | 32 |
| 6.6 A igreja e as diretrizes sociais | 32 |
| 7. Cosmovisão cristã..... | 33 |
| 8. Possíveis problemas de uma cosmovisão cristã..... | 33 |
| 9. Proposta de Alvin Platinga | 36 |
| 9.1 A objeção à crença religiosa | 37 |

| | |
|--|-----------|
| 10. Posicionamentos evangélicos contrários ao ativismo..... | 39 |
| 10. 1 Todos os governos são demoníacos..... | 40 |
| 10. 2 A igreja deve se dedicar ao evangelismo e não a política | 40 |
| 11. Protestantes, evangélicos e pentecostalismos | 41 |
| 11. 1 Protestantes | 42 |
| 11. 2 Evangélicos..... | 43 |
| 11. 3 O que é os pentecostalismos? | 43 |
| 11. 3. 1 Os Pentecostalismos no Brasil | 47 |
| 12. Contribuições do pentecostalismo para filosofia..... | 48 |
| 12. 1 Valorização não dualista do aspecto corporificado | 48 |
| 12. 2 Destaque a cura divina..... | 49 |
| 12. 3 A hermenêutica pentecostal..... | 50 |
| Conclusão | 51 |
| Bibliografia | 52 |

1. Introdução

O objetivo do trabalho em questão é analisar a influência do movimento pentecostal no âmbito político, e tentar compreender quais as consequências deste na esfera pública, e qual a relevância do mesmo no espaço democrático, seja para os fiéis que compartilham de uma cosmovisão distinta, seja para a cultura e a sociedade em geral. Para isso, será necessário recorrer à legitimidade de tais representações políticas, e por meio de sua cosmologia, intentaremos evidenciar a racionalidade, coerência que possibilita um tipo que hermenêutica evangélica pentecostal que a viabiliza, e a legitimidade dos mesmos na esfera pública. Claro que o material não tem por objetivo, expor todas às nuances cosmológicas, doutrinárias, hermenêuticas e políticas do movimento pentecostal, pois grande maioria das igrejas pentecostais baseia-se em narrativas místicas que são múltiplas. Trata-se de um tipo de hermenêutica imediata que não recorre a muitos materiais de apoio, sendo a Bíblia o único livro usado em algumas dessas denominações periféricas, essa realidade marginal é fruto da localização sociopolítica, realidade econômica e educação. Entretanto, há exceção de algumas igrejas, como as Assembleias de Deus, Quadrangular e outras grandes denominações e etc., estas pelo fato de terem um tempo considerável, conseguiram estruturar uma dinâmica pedagógica mais abrangente. Enfatizamos também que este material não pretende assumir um juízo de valor, e nem tampouco um posicionamento crítico, com ressalvas em momentos que venha requer um posicionamento do autor, sendo desse modo um trabalho mais descritivo.

Dada à abrangência do assunto, seria difícil expô-lo de forma exaustiva e pormenorizada, isso porque um dos próprios conceitos como “pentecostalismo” é em si mesmo, uma designação imprecisa, justamente por sua diversidade teológica, composta de muitas culturas internas, (isso dentro de uma própria denominação) e externas, (outras denominações e em outros países). O dinamismo pentecostal, sendo múltipla, fez com que a maioria dos teólogos percebessem que um novo conceito seria necessário, a saber, “pentecostalismos”, de forma que optamos por tentar expor o que são os pentecostalismos, sua legitimidade e relevância na política. Neste trabalho focaremos nas atividades dos protestantes por meio do ativismo evangélico, como também a importância que resultou dele, que é fruto de sua cosmologia distinta, e da sua concepção de responsabilidade social e política.

Como expomos anteriormente, nosso objetivo será de cunho descritivo argumentativo, pois dada a amplitude do assunto em questão, principalmente em tempos de pandemia mirando os futuros eleitorais, muitos questionamentos em potencial ficarão de fora deste trabalho. Essa atitude será um mecanismo que servirá também como medida para não sair da ótica filosófica. Pretendemos entender os porquês das representações políticas pentecostais e os motivos pelos quais são tão instigantes. Ou seja, pretendemos entender o que levou os pentecostais para esfera pública e porque, para muitos deles, este é um movimento perigoso e não recomendável, como defendem os que sustentam uma postura de natureza apolítica.

Dentre os inúmeros motivos que poderíamos pontuar que validam a importância deste trabalho, citamos o preconceito sofrido pelos pentecostais, tanto de dentro do círculo religioso quanto na esfera pública. Frequentemente, tal preconceito ocorre por causa compreensão incorreta do evangelicalismo, como se houvesse uma homogeneidade política, cultural e ideológica, algo que não é caso. Mesmo que houvesse tal homogeneidade, seria interessante estudar essas implicações políticas, no processo de desenvolvimento do espaço democrático.

2. Ativismo e militância

Antes de 2013, o jargão “futebol, religião e política não se discutem”, não era apenas um provérbio popular, mas era algo que refletia a realidade dos brasileiros, em grande parte apolíticos. Mas, nas Manifestações de 2013¹, esta tendência apolítica parece ter sido esquecida. Iniciando a partir de demandas do transporte público, outros tópicos foram acrescentados à pauta, como educação e segurança. Isso teve impacto na arena política, fazendo que uma parte considerável da população percebessem que, os problemas estão todos correlacionados e interligados. Como resultado, outras grandes manifestações em 2015, trazendo na pauta, além dos problemas citados anteriormente, o problema da corrupção. As discussões daquele período conduziram muitos brasileiros à “hiperpolitização”, na qual virtualmente, qualquer situação poderia se tornar narrativa política. Neste contexto dois grupos que inspiram a ação pública entram em cena: os militantes e os ativistas. Estes dois

¹ Para maiores informações sobre as manifestações, acesse: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/manifestacoes-de-junho-de-2013-relembre-os-fatos-importantes/>

grupos, apesar de terem metodologias diferentes e personagens diferentes, buscavam o mesmo objetivo: mudanças de políticas públicas, a fim de melhorar a realidade vigente de muitos brasileiros.

As distinções desses personagens políticos possibilitam entender os seus tipos de atuação, e os mecanismos que estes criam serem mais relevantes. Os dois tipos de atuação buscam alternativas viáveis e transformadoras.

Anteriormente se pensava que as metodologias usadas por esses dois grupos, seriam apenas de cunho ideológico, mas hoje verificamos que em ambos se trata apenas de maneiras distintas de atuação, podendo ser usados tanto por progressistas como pelas alas mais conservadoras. Entretanto, por serem conceitos contemporâneos, não temos uma definição precisa e totalmente clara, usando e contextualizando Karl Popper,² trabalharemos com significação conceitual provisória, ou seja, usaremos as definições propostas no momento.

A militância é mais fácil de definir, pois o próprio conceito traz em si a sua significação e configuração, trata-se desse modo de um tipo de um tipo de ação com modelo militar.

No militarismo o triunfo é fruto do avanço da marcha, da organização, da disciplina e de uma hierarquia organizada, na defesa ou no ataque de uma causa. Podemos dizer que é um tipo de uma atuação coletiva, seguindo ordens de um “general”, que na maioria das vezes será um intelectual ou líder, representante de algum tipo de instituição pública ou privada. Além disso, podemos dizer que, é um tipo de atuação fechada em si mesma, pois as pautas trabalhadas, na maioria das vezes, são realidades que envolvem os próprios participantes delas, e para eles são causas que precisam de uma interferência urgente e imediata. Por isso é preciso, segundo eles, praticar a militância: combater, lutar e persistir, usando todos os recursos disponíveis, desde conceitos teóricos, abstratos até dados estatísticos e testemunhas oculares.

Militar requer disciplina, controle, padronização e regularidade. Imaginem quão difícil seria agir com um exército no qual os soldados se recusam a obedecer às ordens de seus superiores. No geral, um ato militar é feito com o intuito de fazer

² O conceito verdades provisórias, está estritamente relacionado com a sua conceitualização de falseabilidade, segundo Popper esse deve o aspecto principal das teorias científicas, no qual não se deve-se pautar mais em conceitos absolutos, mas teorias que darão um parecer provisório, até que uma precisa seja elaborada, e assim consecutivamente, mas para conhecer melhor o conceito de “verdades provisórias” em Karl Popper, leia o seu livro – **“A lógica do pensamento científico.”**

avançar uma tropa, uma causa, ou um propósito. Trata-se de uma ação intencional com vistas a alcançar no futuro uma posição diferente da que se tem no presente. (LEITE, 2020, p.19)

Logo vemos que a militância não é somente organizada, mas controladora, disciplinadora e padronizadas, como forma de possibilitar uma força ideológica poderosa, usando como recursos os jargões, as hashtags nas mídias sociais e etc. Percebe que eles usam desta “força”, que pode ser ideológica, midiática etc., como maneira de reivindicação de direitos e privilégios.

Diferentemente, o ativismo não possui uma liderança, todos tem uma “voz”. É claro que há intelectuais que propõem quais as melhores alternativas, mas no ativismo os integrantes têm a possibilidade de expor as suas reais necessidades, e essas são levadas aos demais integrantes para serem compartilhadas, pensadas e depois discutidas, a fim de verificar qual a melhor forma de reivindicar no espaço público.

O modelo organizacional ativista é o das redes, fomentando a autonomia dos sujeitos que integram os grupos e valorizando a participação direta dos envolvidos no planejamento das campanhas e ações. A metodologia ativista se vale das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para dar corpo ao seu modelo organizacional. (LEITE, 2020, p.17)

3. Ativismo evangélico

A configuração da República Federativa do Brasil, traz em seu funcionamento aquilo que podemos chamar de democracia e laicidade, porém é perceptível que estes dois conceitos, apesar de estarem tão bem difundidos, porém há uma ignorância em relação a eles. Segundo Denis L. Rosenfield (Ronsenfield, 2003),³ a democracia no seu sentido etimológico significa “governo do povo” ou “governo da maioria”. Abraham Lincoln, primeiro presidente dos Estados Unidos da América, vai dizer que democracia é: “governo que emana do povo, do povo e para o povo”. Porém o que significa isso? Significa que no espaço político representativo, precisa conter aspectos representativos da realidade social onde está inserida.

³ Rosenfield, D. L. (2003). *O que é Democracia*. São Paulo: Brasiliense.

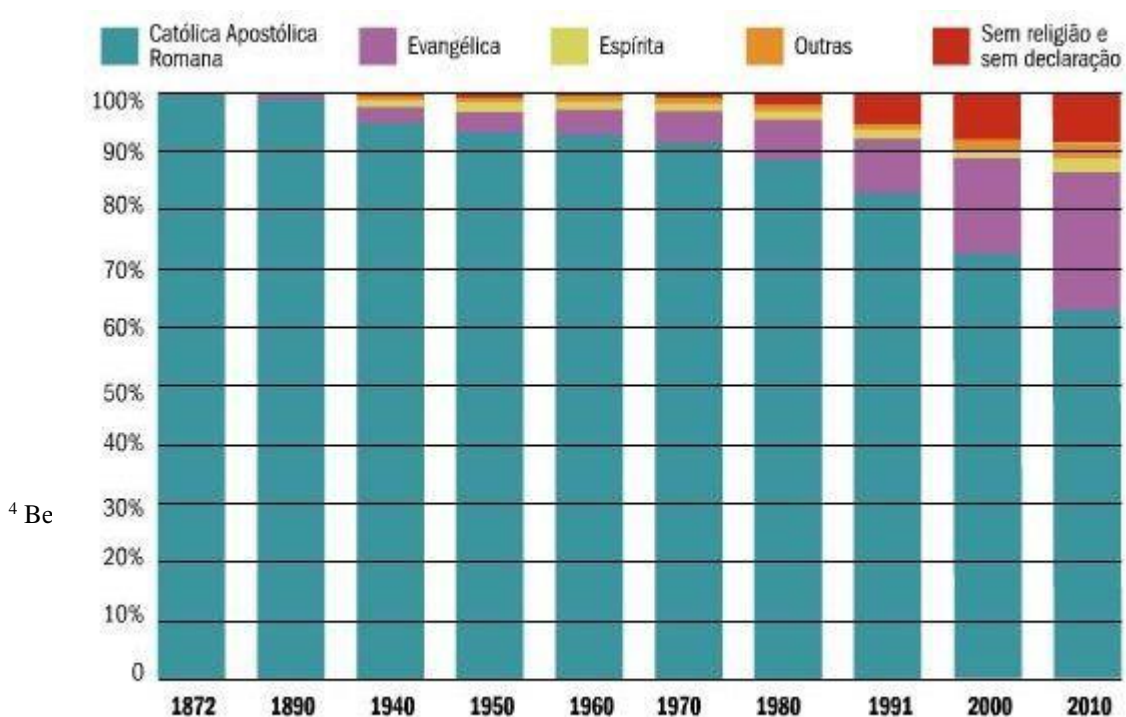
O termo laico conforme Juliane Bezerra (Bezerra, 2011-2012)⁴, vem da expressão grega *laos* que é usado como referência ao povo e a população, mas passando do latim, a mesma expressão para o português, significou leigo ou não clérigo, podendo ser definido como um povo/população que não segue uma religião.

Porém, na conceitualização contemporânea, não quer dizer que seja um governo ateu, secular etc. Acarreta somente que, é um governo que não defende uma bandeira religiosa, pois há diversidade espiritual, religiosa e não religiosa dos grupos que dela fazem parte.

No caso da democracia, temos três tipos: direta, participativa e representativa, sendo as duas últimas o caso do Brasil. Se espera que o político eleito venha de certa maneira, ser representante dos anseios e da realidade sociocultural, mas estudos mais detalhados mostram que, 90% da população não se sente representados, e 61% por cento não confiam no governo.

O clima de desconfiança é apontado pela Edelman Trust Barometer, que em 2017, ao avaliar o grau de confiança política de vários países, apontou que 62% da população brasileira não acredita que as instituições governamentais são capazes de atender as demandas sociais. No mesmo ano, uma pesquisa promovida pelo Instituto IPSOS revelou que 94% dos brasileiros não se sentem politicamente representados pelos indivíduos eleitos para o exercício do poder público. Miguel, Igor. Cristãos na Democracia: Uma abordagem evangélica – reformacional. **Tu, porém, e Vida Nova**. 2012 -2021. Disponível em <https://tuporem.org.br/cristaos-na-democracia-uma-abordagem-evangelico-reformacional/>

Mas quais os motivos que levam a isso? Há três deles:



- I. Cunho moral, pois o jogo político exige que os jogadores possam se alinhar aos modelos vigentes e usufruir dos seus “benefícios”.
- II. Não há uma luta contra o sistema, pois muitos políticos temem o risco de represálias de todos os tipos.
- III. A população brasileira é composta de 87% de cristãos, porém, não vemos esta representação no parlamento.

A tabela acima é o censo estatístico dos grupos religiosos no Brasil, no período de 1872 a 2010, data da última estatística religiosa.

A partir da imagem acima, podemos ver que grande parte da população é de certa forma religiosa. Sabemos que a filosofia política já buscou demonstrar a dificuldade, de algum governo conseguir trazer em bojo uma representação que venha atender todo espectro social. Porém, historicamente no que diz respeito aos evangélicos, a participação deles na esfera pública foi dificultada por dois posicionamentos: o primeiro é de cunho teológico e o segundo de cunho científico. A seguir, explico esses dois posicionamentos.

3.1 Os aspectos teológicos:

Através de uma má interpretação soteriológica⁵ e escatológica⁶, acreditava-se que as participações dos cristãos fora dos âmbitos religiosos poderiam torná-los profanos, inaptos para atividades religiosas, como se fossem pessoas que não priorizavam as coisas de Deus.

3.2 Os aspectos científicos:

Para uma grande parte da população, a significação que o “Estado é laico,” significa que o Estado é secular. Porém, conforme expomos anteriormente, além de impreciso isso é antidemocrático, pois é nesta cosmovisão que se troca uma “entidade cristã” por uma “entidade da cientificidade”, que é o chamamos de “secularismo”.

Não estamos de modo algum desprezando o valor da ciência, pelo contrário, é por meio dela que temos mecanismos metodológicos que possibilitam um parlamentarismo democrático, e que possui em si, diferentes ideologias, religiões, sexo e gêneros, a fim de que possam representar desde a minoria a hegemonia. Só que devemos nos lembrar de que ela é feita por sujeitos, que são frutos do seu tempo, seu meio e de sua realidade religiosa, inferimos deste modo que nem mesmo na ciência há neutralidade.

⁵ Doutrina que trata da salvação

⁶ Doutrina que trata dos fins dos tempos

Em uma sociedade livre, as pessoas devem ter espaço para basear suas convicções políticas em qualquer processo de raciocínio e em qualquer autoridade que lhes pareça melhor; assim como devem ter liberdade de tentar persuadir outros de que seu raciocínio está correto. Devemos proteger a liberdade das pessoas de basear suas convicções morais e políticas nos diálogos de Platão, se assim o desejarem, ou nos ensinamentos de Confúcio, ou na Bíblia, ou no Talmude judaico, ou até mesmo numa canção de Bob Dylan que considere persuasiva. E, se outros eleitores escolherem aceitar o raciocínio apresentado pelos seguidores de Platão, de Confúcio ou da Bíblia (ou de Bob Dylan!), a Suprema Corte não deve se dispor a dizer que os motivos usados por esses eleitores não são “racionais”. (GRUDEM, 2016, p.43).

A clareza dos conceitos “democracia” e “laicidade” são fundamentos que darão respaldo a qualquer religioso a participar da esfera pública. Talvez a dificuldade que sobressai seja ter um diálogo religioso não coercitivo, em outras palavras, tolerante, como também uma representação política que no afã de atender as necessidades, realidades e particularidades de um determinado grupo, não seja injustos com os demais personagens e grupos da teia social.

Com o crescimento exponencial do protestantismo brasileiro, aumenta-se também, o número de diferentes personagens que fazem parte do mesmo, os políticos e os apolíticos, e daqueles que dependem da política para as necessidades fundamentais.

Na década de 90, alguns pastores e religiosos se lançaram também na esfera pública, como efeito da constituição de 1988. Mas o que levou esses líderes religiosos a esfera parlamentar? Entre os motivos que podemos citar, estão o crescimento exponencial de evangélicos, como já falamos, e a busca por visibilidade, representação, leis e direitos que viesse a favorecer a comunidade evangélica. Interessante ressaltar que, esse crescimento latente foi e é resultado, majoritariamente, das igrejas pentecostais, sendo que essas quase na sua totalidade são compostas de pessoas carentes, residentes de bairros periféricos etc. Podemos concluir então que, grande parte deles é dependente da esfera pública. Entretanto, uma dificuldade era visível, a não visibilidade destes. A alternativa foi à busca de candidatos internos que, uma vez eleitos, pudessem os representar a partir da sua realidade social e compreender a sua cosmovisão, e não somente isso, como também a criação de aparatos legais que pudessem restringir os preconceitos que são amparados na liberdade de expressão, e a não interferência pública nos seus modelos de cultos amparados na liberdade religiosa. Nos dois amparos há uma preocupação de sobremaneira em questões éticas e morais, e talvez seja isso que diferencia o ativismo evangélico dos outros tipos de ativismo: enquanto este se preocupa com a questão ética/moral e realidades de como viver, as outras se preocuparão com o que viver, ou seja, com pautas econômicas. Entretanto, veremos que, no caso dos

evangélicos apesar da ênfase ética, há aspectos que trazem nuances econômicas, que uma vez assimiladas, trarão resultados positivos para o bem comum.

Podemos dizer que o ativismo evangelismo é resultado do seu crescimento, e dos inúmeros e diferentes atores sociais que o compõe, que buscam mecanismos que permitem as suas atuações de formas distintas e singulares. Na luta de um modelo de como se deve viver, e na busca da diminuição de preconceitos com sua visão, teopolítica.

4. Possíveis consequências do ativismo evangélico

O conceito protestante que traz em seu bojo um conceito de protesto, a saber, uma crítica ao sistema católico que, outrora era vigente. A sintetização das 5⁷ solas do monge agostiniano Martinho Lutero, possibilitaram as igrejas evangélicas algo a mais em sua essência: a compreensão do sacerdócio universal, que acarretava também a ação evangelística universal de todos aqueles que processavam a fé evangélica. Nos tempos atuais, dada às dificuldades financeiras de muitos evangélicos, os líderes e até mesmos os fiéis mais convictos, usam de todos os recursos midiáticos disponíveis para alcançar os crentes mais distantes, como por exemplo: nas pregações com autofalantes, nas rádios e nas redes de televisão. É interessante pontuar isso, pois é nesta mesma dinâmica e neste mesmo fervor, que os pentecostais adentrarão o campo político, através do ativismo evangélico.

Com a conversão de pessoas que faziam e fizeram parte da esfera pública, desde funcionários até parlamentares, uma nova visão em relação à política se configurou, e aos poucos deixou de ser “demonizada”, compreendendo que esta poderá ser o palanque que, fornecerá recursos que possibilitarão aparatos legais para aumentar influência da fé evangélica no espaço público, e a defesa crítica de direitos que se tornariam prejudiciais e nocivos à ética cristã. A apologia é claro, que estes deverão realizar, por meio de métodos científicos, respeitando a configuração de laicidade do estado.

Sabemos, então que o uso das plataformas foi um recurso de evangelização dos não evangélicos. Entretanto, hoje vivenciamos uma nova realidade: além desta força missionária, religiosos aproveitaram essa mesma metodologia de evangelização, na defesa ou no ataque a determinadas ideologias políticas. Com isso, podemos enumerar aqui no mínimo

⁷ *Sola scriptura* (somente a Escritura), *Sola gracia* (somente a graça), *Sola fide* (somente a fé), *Sola christus* (somente Cristo) e *Soli deo gloria* (somente a Deus toda glória)

três consequências possíveis do ativismo evangélico: conscientização política, conscientização parlamentar e legislativa, e por fim as dependências eleitorais dos futuros parlamentares a esse grupo específico, a saber, os evangélicos.

A conscientização política talvez seja uma das maiores façanhas alcançadas pelo ativismo evangélico. Outrora o debate político estava mais restrito às universidades e aos períodos de eleição, por meio dos comícios, só que agora através das redes sociais e redes de comunicação, é desmistificada a demonização política, e datar daí, não só se buscará o apoio a certos candidatos, mas especificará os motivos que legitimam e clarificam as ações políticas.

Retomando o que foi abordado antes, levando em consideração as dificuldades financeiras desta comunidade, a evangelização será feita em redes de comunicação pública e privada. Isso abriu caminho para que pessoas fora desta comunidade fossem alcançadas por esse discurso político religioso e, por mais que não fossem convertidas aos espectros religiosos, ao menos seriam politicamente conscientizadas. Isso é bem visível nas plataformas digitais, como *YOU TUBE*, *FACEBOOK* etc., onde determinado religioso se posiciona a alguma pauta política, e por meio de comentários as pessoas se posicionam favoravelmente ou não.

Mas talvez o que deixa mais claro, sejam as enquetes e perguntas do *INSTAGRAM* e *TIK TOK*: é ali que vemos que esta conscientização política é algo que faz parte do dia a dia do brasileiro, principalmente de jovens universitários, religiosos, ateus e agnósticos.

Durante algum tempo, a falta de conscientização política levou muitos personagens políticos e seus familiares dominarem o espaço público por anos, criando leis e emendas que se acarretavam interesses particulares e partidários. Apesar de ainda muitos brasileiros só se lembrarem da política em épocas de eleição, e ver nos políticos apenas ferramentas para benefícios próprios, hoje o ativismo evangélico tem sido um dos instrumentos que analisam quais são os papéis de distintos parlamentares (presidente, deputado, governador etc.) e sua esfera de ação e jurisdição, para poder compreender se tais ações são legais e justificáveis. Mas para tal intento, é necessário o conhecimento da constituição, claro de que em certas ocasiões, a aplicação e interpretação da lei vão depender quase que exclusivamente do júri em sua atuação, mas mesmo assim é possível entender como funciona a constituição, através das leis, artigos e parágrafos.

Mas porque isso é importante dentro do ativismo evangélico? Será relevante, pois guiará os ativistas sobre como agirem na esfera pública e também para que, por meio de leis já existentes, consigam fundamentar suas práticas religiosas. O conhecimento da constituição

serve de mecanismo para-se posicionar contra possíveis brechas legislativas que, limitam a liberdade religiosa em nome da liberdade de expressão, de tal maneira que os ativistas terão que ter o conhecimento de ambas e sempre estar atualizado das possíveis modificações.

A evidência que o ativismo evangélico é relevante e traz resultados se vê principalmente nas urnas, como também pela aproximação dos candidatos às igrejas evangélicas em períodos eleitorais. Se outrora a preocupação era nos comícios, hoje os candidatos se pautam na participação em eventos religiosos e numa narrativa que demonstre certa similitude e respeito pela comunidade evangélica, sendo que em certos momentos até se modifica a narrativa para se aproximar da “clientela”.

5. Relevância do ativismo

Entre as possíveis relevâncias do ativismo evangélico, está o fato de ele trazer consigo a sua configuração essencial. Quando falamos “essencial” aqui, não estamos postulando no sentido daquilo que não pode faltar, o que estamos trazendo aqui, é no sentido daquilo que é. É essa essência cristã que demonstrará a importância do mesmo.

Quando se pergunta qual a importância do ativismo evangélico, um grupo excessivo de pessoas vai dizer que será a luta pela moral puritana, que envolverá os aspectos reprodutivos e questões de gênero. Mas será que é somente isso? Se o ativismo evangélico for apenas isso, torna-se então, apenas mais um mecanismo que buscam no governo uma teocracia moral ou uma sociedade moralmente cristã, e a busca de direitos que intrinsecamente estará ligado a um direito que atenda um determinado grupo em detrimento a outros. Por isso então, buscaremos propor algumas doutrinas de cunho evangélico que possam atender as demandas de todos os participantes da esfera pública.

Pode parecer para a maioria das pessoas que nasceram à sombra de democracias ocidentais que noções como liberdade, dignidade humana universal, liberdade de expressão e misericórdia no julgamento são valores intrinsecamente humanos e que foram derivados da razão ou da natureza. Parece óbvio que esta é uma ilusão típica de democracias liberais inspirada na ideia rousseuniana de “lei natural”. Entretanto, como insiste O’Donovan, democracias modernas seriam inconcebíveis sem o impacto de Cristo na história. Miguel, Igor. *Cristãos na Democracia: Uma abordagem evangélica – reformacional*. **Tu, porém, e Vida Nova**. 2012 -2021. Disponível em <https://tuporem.org.br/cristaos-na-democracia-uma-abordagem-evangelico-reformacional/>

Quando se pensa em algum tipo de pensamento político cristão, logo se vem à mente a mente a “teocracia representativa” no período medieval, as perseguições religiosas, a inquisição e as colonizações, mas é interessante ir mais além, e observar alguns aspectos doutrinários que receberam um novo olhar no período da reforma protestante, e são alguns deles que abordaremos aqui e como estes foram responsáveis pelas noções na citação acima. (liberdade, dignidade humana universal, liberdade de expressão e misericórdia no julgamento.).

Apesar de que, majoritariamente, a história cristã, desde dias de Constantino até a era contemporânea, ter certa relação política, é preciso ratificar que a mesma não possui e não é uma ideologia. Mesmo que alguns teóricos cristãos usem algumas referências bíblicas e de tradição para reforçar o seu argumento, os motivos que podem levar essa conclusão é o fato de que, algumas narrativas e conceitos, quando analisados, poderiam ser “tipologizados” como narrativas de esquerda, mas de igual modo, outras perspectivas trazem consigo aquilo que, chamaríamos de pressupostos direitistas.

(...) o cristianismo não tem, e não professa ter, um programa político detalhado (...) nem poderia ter. Ele vale para todos os seres humanos de todos os tempos, e o programa específico que adequasse a um lugar e tempo e não se adequaria a outro. (...) O cristianismo nunca teve a intenção de substituir ou suplantar as artes e as ciências humanas comuns; antes, assume a função de um diretor, que atribui a tarefa certa a cada um, e de uma fonte de energia que oferece vida nova e cada um, desde que este se coloque a sua disposição.” (LEWIS, 2017. p.121).

Apesar não ser uma ideologia política, algumas doutrinas cristãs principalmente de cunho evangélico podem ultrapassar a dinâmica eclesial e tornar se relevante também no espaço público, entre elas, a antropologia, o continuísmo, a santificação e a escatologia. O objetivo aqui é de corroborar que, desde seu nascedouro, o protestantismo, buscou um estado que fosse do tipo laico e democrático. Outrossim, é que as doutrinas apontadas a seguir, não tem como finalidade, não de somente influenciar com uma pauta evangélica, mas ratificar que as pautas evangélicas, tem relevância sociopolíticas.

5. 1 Antropologia Cristã

A antropologia evangélica vai afirmar a partir de Agostinho de Hipona que, na queda⁸ não restou nenhum bem, doutrina que ficou conhecido como depravação total. Importante pontuar a ressalva feita pelo pastor batista John Piper (Piper, 2013),⁹ “quando falamos de depravação total¹⁰, não estamos inferindo que o ser humano, e depravado da pior maneira, mas sim que a queda atingiu todas as áreas humanas”. Essa doutrina é importante principalmente para o espaço público na formulação da democracia, pois sabedores da essência da corrupção humana, é que vai ser proposta a concepção da manutenção periódica estatal por meio do sufrágio universal, e é nisto, que difere os motivos do anseio democráticos dos evangélicos para outras religiões, Bruce A. McDowell (McDowell, 2007).¹¹ Comentando sobre isso, vai dizer que para maioria das religiões e alguns dos principais teóricos da filosofia, exceto o cristianismo, o ser humano é tido como bom, isso vemos em John Locke e sua noção de lousa em branco ou tabula rasa, já Jean Jacques Rousseau entendia que, “o homem nasce bom, mas o sociedade o corrompe,” e isso visto por inúmeras religiões, e até mesmo em algumas alas do cristianismo. Porém o cristianismo evangélico defende que, o ser humano é mau e pecador independente de sua idade ou sexo, em todas as esferas de sua existência, não restando bem algum. Um dos textos bíblicos que corroboram está doutrina é o de Salmos número 50, verso 5. No texto bíblico, o salmista diz que em pecado foi gerado. A concepção aqui na interpretação protestante, não é de pecado como atividade, mas sim como essência, de sorte de que nessa perspectiva do cristianismo, todos são maus e dependentes da graça divina, e essa perspectiva é que permite um olhar “desconfiado” para o poder político.

Pelo fato de o Estado ou o corpo político não ser, normativamente falando, o patrimônio de um senhor feudal, mas sim a comunidade dos cidadãos e dos governantes chamados por Deus para promover a justiça pública, parece muito adequado que tais cidadãos exerçam alguma responsabilidade dentro desta comunidade e diante dela. Ademais, como os líderes políticos sofrem a tentação de abusar de sua autoridade e de agir contrariamente ao interesse público, faz sentido restringi-los, exigindo que se submetam ao veredito periódico das eleições. (KOYZIS, 2021. N.P)

A citação acima, de forma cirúrgica, mostra as consequências do conceito/doutrina queda e depravação total, no qual expomos anteriormente que especifica,

⁸ Terminologia cristã para se referir ao pecado de Adão, conhecido também como pecado original.

⁹Piper, J. (2013). *Cinco pontos - em direção a uma experiência mais profunda da graça de Deus*. São Paulo: Fiel Editora.

¹⁰ Doutrina cristã de cunho evangélica que define que todos os homens são pecadores e que esse pecado atingiu o ser humano em todos os aspectos

¹¹ McDowell, B. A. (14 de 12 de 2007). *www.monergismo.com*. Acesso em 05 de 01 de 2022, disponível em Depravação Total.

que com o pecado original alcançou todos os homens, logo é preciso cautela, principalmente no espaço público democrático, e demonstra os porquês de um parlamentarismo periódico. Aglutinando com a doutrina cristã, não podemos deixar de citar pelo menos dois filósofos, que de certo modo, as suas teorias se assemelham a doutrina cristã no quesito, a maldade do homem. Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel, para o primeiro, as relações humanas, por causa das paixões, era um estado permanente de discórdia, de tal modo que o contrato social ou civil deveria ser um mecanismo, que viesse suprimir os desejos e medos individuais, a saber: competição (busca pelo lucro), desconfiança (busca pela segurança) e a glória (vanglória). É possível deduzir a partir da teoria hobbesiana, que os relacionamentos humanos são resultados da luta de interesses individuais. Maquiavel retratando a realidade social, terá a perspectiva negativa da natureza dos cidadãos.

Isso porque geralmente se pode dizer o seguinte acerca dos: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos por ganhos e, enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, os bens, a vida e os filhos, como eu disse acima, desde que a carência esteja distante; mas, quando precisa deles, revoltam-se. (MAQUIAVEL, 2017, p.82).

A partir da citação acima, e das teorias dos dois filósofos, se percebe que é necessário, como ele assim eles o fazem, de um representante político que atenda e solucione as tensões existentes no meio povo. Já a próxima doutrina abordada, trabalhará os efeitos que ela terá para a comunidade em si mesma.

5. 2 O continuísmo

A busca do bem comum é um anseio que buscará todo cristão autêntico, mas seguirá rumos distintos dependendo de seu segmento denominacional. Por exemplo, os evangélicos tradicionais compreendem que a busca do bem comum se dará, na realização de reivindicações públicas e na vivência justa, contribuindo para o aprimoramento da sociedade onde está inserido, e no envio de missionários a comunidades estrangeiras e longínquas. Com isso não queremos dizer que não há uma preocupação socioeconômica, mas sim que, a busca do bem comum não é o anseio principal. O caso dos pentecostais é diferente, pois, através da concepção de que os dons continuam disponíveis ainda para os dias hodiernos, assinala que essa continuidade está estritamente relacionada com a seguinte premissa bíblica.

O Espírito do Senhor está sobre mim, pois que me ungiu para evangelizar os pobres. Enviou-me a curar os contritos de coração, a proclamar liberdade aos cativos, e restauração da vista aos cegos, a pôr em liberdade os oprimidos, a anunciar o ano aceitável do Senhor. (BÍBLIA, Lucas, 4, 18-19)

A passagem corrobora o pensamento pentecostal. Para o pentecostalismo, um cristão autêntico é aquela pessoa que está “cheia” de Deus. Segundo esta concepção, entende-se que ser “cheio” de Deus, envolve duas realidades: uma de ordem moral e outra de realidade mística. Está última envolve o uso, e a manutenção de dons, como os de cura, profecia, visões etc., logo que, o evangélico pentecostal buscará esse e como ser “cheio”.

A narrativa lucana,¹² evidência que assim como Jesus recebeu a virtude espiritual para ser instrumento de restauração social, importa se que os cristãos também façam isso também, curando as pessoas que não conseguem nem mesmo ter acesso à saúde pública, alimentando e ajudando os marginalizados. Isso é visível como prática pentecostal, em ações como: sopão da madrugada, chácaras de recuperação de usuários de drogas, eventos em presídios, orações regulares em hospitais. Além dessas poderíamos falar sobre a entrega de cestas básicas, como também no envio de missionários a países emergentes e comunidades carentes, aonde estes além da preocupação espiritual se propõem a cuidar de suas realidades físicas e cognitivas também. Isso acontece através da implantação de escolas, hospitais, envio de roupas, alimentação etc. A partir destas colocações, podemos inferir que a perspectiva evangélica sobre o cuidado com o outro seria de valor inestimável. Para concluirmos, evidenciamos que a diferenciação não está somente no fazer, pois outras religiões e ideologias também procuram esse mesmo fim. A problemática aqui gira em torno da realidade socioeconômica e cultural e as perspectiva luteranas do sacerdócio universal, postulando com que, todos os cristãos sejam obrigados e responsáveis, não somente a liderança religiosa. Sendo os pentecostais na grande maioria de classe mais baixas, morando em bairros periféricos e experimentados condições difíceis e adversas, representam um estopim para ação.

Nesse sentido, a busca do bem comum deve ser a principal motivação da igreja quando participa do espaço público. A ação pública não deve servir para mera defesa de interesses corporativos, como concessões de rádio e TV, recursos financeiros, facilidades em trâmites burocráticos ou privilégios para instituições religiosas e obreiros. Mais ainda, não deve servir para mera promoção pessoal ou enriquecimento de pastores e seus protegidos. Também não deve se restringir à prática do bem exclusivamente em favor dos irmãos de fé, sejam eles da mesma

¹² Os dois livros escritos por Lucas (evangelho de Lucas e Atos dos Apóstolos)

denominação, sejam de outra denominação evangélica. Deve, isso sim, buscar o bem de todos, inclusive dos não cristãos. (MAJEWSKI, 2010. p.71)

5.3 A santificação

A doutrina que evidência a continuidade dos dons carismáticos, está estritamente ligado com a doutrina da santificação. Mas o que é a santificação? Primeiramente ela é de significação judaica, principalmente no período no qual alguns objetos e pessoas eram consagrados e separados para Deus. De outro modo, podemos dizer que a pessoa ou objeto, era consagrado/apresentado a Deus. A partir daí se cobrará, um alto padrão para os mesmo, para os objetos atenção e cuidado, para as pessoas responsabilidade e moralidade elevada. Nesse interim, essas pessoas deveriam ter um conhecimento profundo da *tora*,¹³ que seriam o livro sagrado, legislativo e judicial do povo judeu. Corroborando, por isso tais personagens teriam que possuir um caráter inibido e uma moral elevada. Essas preocupações chegaram até o período monárquico, mas infelizmente como em todos os tipos de governo, onde se centralize o poder é passível de corrupção, assim aconteceu com a nação judaica. Porém os requisitos monárquicos retornam na reforma protestante, conforme mencionamos anteriormente. Para Martinho Lutero recai sobre todos os cristãos, a responsabilidade clerical e real.

Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz (BÍBLIA, 1 Pedro, 2, 9)

A narrativa bíblica demonstra que agora são recobrados os mesmos requisitos de toda a comunidade, e aqui temos dois tipos de perspectivas: Uma passiva e uma ativa. Como passividade, compreende-se a subordinação às doutrinas e as leis vigentes. Já no campo da ação, encontram os posicionamentos e requerimento tanto da população como dos governantes, e é aqui que a doutrina cristã se torna relevante, pois a realidade parlamentar é de certa maneira um espelho da população. Então a santificação aqui como conceito moral social, se pautará na busca de personagens políticos que sejam honestos, justos, transparentes que visarão à ascensão econômica e ética. A dificuldade, porém, encontra-se naqueles candidatos que uma vez eleitos, abandonam os seus valores pelo vil sistema.

¹³ Os cinco primeiros livros da Bíblia (Gênesis, Êxodo, levítico, Números e Deuteronômio) que foi a antiga “constituição” dos Judeus.

Com isso em mente, o compromisso cristão com comunidade deve ser demonstrado pelo testemunho público, e pelo diálogo respeitoso com aqueles que pensam de maneira diferente. Na esfera política, isso significa que a atuação deve ser a mais abrangente possível, sem buscar privilégios para este ou aquele segmento. Ainda que tenha a legitimidade política para defender seus interesses como qualquer outro grupo notadamente à luz do princípio constitucional de pluripartidarismo e pluralidade de ideias, não se mostra condizente com a ética evangélica a utilização da política para atendimento de interesses corporativistas e particularizados. Isso porque os discípulos não são o sal do templo e luz da igreja, mas sim o sal da terra e a luz do mundo (NASCIMENTO, 2018. n.p).

Por fim, podemos inferir como conclui o jurista e pastor Walmir Nascimento, que a ética cristã embasados na doutrina da santidade, deve buscar integridade individual, compromisso comunitário e respeito pela democracia. Diferentemente dos críticos que se embasam a partir de narrativas de alguns personagens religiosos midiáticos, que apelam para conceitos antidemocráticos, a grande maioria senão todos os teóricos evangélicos prezam pela democracia e pela justiça, onde o fim último não é uma insurreição governamental, para o ressurgimento de uma “teocracia evangélica”. Ao invés disso, se enfatiza um Estado laico democrático, para uma evangelização não coercitiva e nem impositiva.

5.4 A escatologia

Até aqui abordamos as doutrinas que envolveram os aspectos representativos, os aspectos sociais e os aspectos morais individuais e comunais. Agora, resta, tratarmos da expectativa evangélica.

A escatologia é uma das disciplinas mais abrangentes e difíceis dentro do protestantismo, sabedores disso, apresentaremos uma síntese da doutrina.

De forma basilar podemos dizer que, escatologia é formada pela junção dois vocábulos gregos, *escatos* que significa últimas coisas, e *logos* de tratado, estudo etc. Conclui então que esta doutrina tratará da perspectiva cristã, sobre os últimos acontecimentos.

Por muito tempo, essa disciplina foi a que causou maior empecilho à ação política, principalmente aos pentecostais, tanto pela visão fatalista quanto pela crença na volta iminente de Cristo (arrebatamento¹⁴), por entender que os cristãos não faziam parte deste sistema, e que aguardam o reino vindouro de Cristo. Não obstante hoje, tem-se observado uma massiva participação religiosa no espaço democrático, e que se configura como “bancada evangélica”. Essa nova concepção é fruto das mudanças governamentais que, queriam

¹⁴ Doutrina que crê na vinda invisível de Jesus para arrebatá-la igreja, antes do período tribulacional.

restringir em alguns casos, a liberdade religiosa, como também uma nova perspectiva em relação às doutrinas.

Assim como a carta de Jeremias, enviada ao povo judeu, tem instruções sobre como os judeus deveria se comportar durante o exílio babilônico, sendo colaborativos e participativos em terra estrangeira, sabendo que os benefícios chegariam até eles. Da mesma maneira, o evangélico como cidadão deve fazer hoje: deve lutar pela justiça, lutar pelos oprimidos e marginalizados.

A grande dificuldade aqui, se intensificara para os evangélicos de segmento pentecostal, pois para estes o mundo irá de mal a pior, e isso demonstra que é sinal que é necessário um novo reino. Como conciliar esse fatalismo necessário e real com a esperança e o ativismo público? Duas possíveis reações positivas podem ser obtidas desta cosmovisão: primeiro o fatalismo permite o conhecimento da cruel realidade política, não deixando refém de nenhuma ideologia utópica, gerando a ação política como reação a essa compreensão obtida do fatalismo. Exemplificando, o fatalismo mostra a finitude estatal, e como ele pode ser opressor e partidário independente de quem esteja no poder, portanto não pode ser um fim em si mesmo, mas tem que ser instrumento para o bem social, e isso acarreta não depender do Estado para fazer o bem, mas se posicionar caso seja necessário para a reivindicação de direitos tanto da comunidade evangélica, como dos menos favorecidos.

6. Crenças internas basilares que legitimam ação política

Anteriormente apresentamos um conjunto doutrinário, que sendo atualizado ou contextualizado podem ser aplicados na esfera pública. Entretanto, para que isso seja possível há necessidade de um conjunto de crenças anteriores, pressupostos que dizem a respeito à ação política mesma. O Dr. Wayne Grudem,¹⁵ pontua alguns desses conceitos que legitimam a ação política, e que sendo uma vez certificados, viabilizam o trabalho na esfera pública, entre eles: a narrativa bíblica, doutrina apostólica, exemplos históricos de influência cristã sobre governos seculares, bússola moral, o evangélico como cidadão possui deveres políticos

¹⁵ Grudem, W. (2016). *Política segundo a Bíblia - princípios que todo cristão deve conhecer*. São Paulo: Vida Nova.

e a igrejas e as diretrizes políticas. Para uma maior compreensão, iremos abordar cada um deles a seguir.

6. 1 Narrativa bíblica

A narrativa bíblica pode ser dividida, em dois momentos. O antigo testamento que vai desde o relato da criação até a volta do povo judeu do exílio pérsico, e o novo testamento começa com o nascimento de Jesus e vai até a narrativa do apocalipse de João.

O relato veterotestamentário reserva dois estilos de escritos que, vai tratar das tensões políticas dentro do Reino do antigo Israel: os históricos que apresentam os reis e suas políticas, e os livros proféticos que mostram como profetas serviram de instrumentos de denúncia política, social e espiritual, pois senão vejamos:

Ai daqueles que nas suas camas intentam a iniquidade, e maquinam o mal; à luz da alva o praticam, porque está no poder da sua mão! E cobiçam campos, e roubam-nos, cobiçam casas, e arrebata-nas; assim fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança. Portanto, assim diz o SENHOR: Eis que projeto um mal contra esta família, do qual não tirareis os vossos pescoços, e não andareis tão altivos, porque o tempo será mau. (BÍBLIA, Miquéias, 2, 1-3).

Aqui vemos um pronunciamento político do profeta Miquéias para os líderes monárquicos de Israel, e como futuramente eles serão réus de julgamento divino. Fica evidente aqui como em outros textos, que o profeta não seria apenas um tipo de vidente, mas também um denunciador de pecados sociais e espirituais. Talvez alguém indague as ações destes profetas fora do ambiente judaico, pois apesar desta ser uma monarquia, era mais do tipo monarquia representativa, o que demonstra que o rei era o representante político de Deus e o sacerdote o representante espiritual, o segundo que possibilitava a ação profética. Porém, vemos que estes personagens não se limitavam somente ao escopo nacional, exemplificando, temos Daniel tanto na corte babilônica, medos e pérsica, Mardoqueu como primeiro-ministro pérsico, Ester como rainha da Pérsia. Contudo, em um caso mais específico, temos o livro de Naum, que é um livro direcionado ao povo de Nínive. Em vista disso, sendo as narrativas bíblicas, os mecanismos que incentivam a ação evangélica, inferimos que, os evangélicos a partir da compreensão bíblica, devem se posicionar politicamente contra todo tipo de injustiça social, mesmo que seja em uma nação estrangeira. Corroborando esse posicionamento político dos evangélicos, temos nas narrativas bíblicas, as ações diplomáticas de Abraão e Isaque, com

o Egito e os filisteus, e José sendo governador do antigo Egito. Vemos deste modo que, a ação política fazia parte da vida da maioria dos personagens bíblicos.

Cabe dúvida de que a pregação/mensagem social dos profetas de Israel é ampla e persistente, especialmente a partir dos primeiros profetas escritores, fazendo-se ouvir por cerca de três séculos. Estes homens de Deus fustigam corajosamente e mais de uma vez entre oposições e perseguições os males sociais das suas respectivas épocas: a exploração dos pobres e fracos, dos estrangeiros, viúvas e órfãos, dos operários e jornaleiros, o luxo e as festas ruidosas, o açambarcamento de casas e fundos, a ganância e as fraudes e a insinceridade que envenenam a vida comunitária, a violência e opressão, chegando a derramamento de sangue, e, pior que tudo, a corrupção dos tribunais. (GRUDEM, 2016, p. 254).

No novo testamento, vemos pelo menos dois personagens que sobressaíram na esfera pública: João Batista e o apóstolo Paulo. O posicionamento político de João foi incisivo e crítico em todos os aspectos políticos e sociais, começando pelos funcionários públicos da ala judaica e romana, até ao grande rei Herodes. Uma linguagem distinta evocava ira dos acusados e curiosidade da população, levando muitos vê-lo como um possível messias. Porém, as suas duras críticas levaram a sua prisão e subsequente a sua morte. No entanto, interessante ressaltar, que para alguns teólogos, João fazia parte dos essênios que, era um grupo sectário, que viviam fora das cidades. Esse desapego e distanciamento social, servirá, como uma crítica a sociedade e a política corrompida, morava nos desertos e nas cavernas. Intuímos então, que em João, o seu discurso e sua vida era posicionamento político.

Paulo por meio da narrativa lucana, vai se evidenciar, que além de teórico, havia preocupações políticas. Na discussão de Paulo com o governador romano Félix, a sua crítica foi tão cirúrgica, aponto que levou o governador romano temer, as suas premissas e apontamentos. Os dois exemplos citados anteriormente, comprovam que a descrição bíblica referenciava a ação política, dá ferramentas necessárias para a legitimação necessária da mesma.

6.2 Doutrina apostólica

Até aqui apresentamos os personagens bíblicos e as suas atividades dentro do espectro político histórico. Mas, teria alguma fundamentação doutrinária para atividade política? Sim, e cremos que a fundamentação bíblica Pedro e Paulo, será de grande valia.

Em Paulo em sua carta aos Romanos capítulo 13, ele trata sobre a submissão política e a relevância governamental. Emil Brunner (Brunner),¹⁶ comentando o texto paulino, esclarece que em Paulo há dois tipos de exigência: submissão interna e consciente de todos. A subalternidade posta em prática é resultado da consciência de que poder do Estado, não emana de si mesmo, mas de Deus. Portanto, as injustiças do governo terão seu julgamento divino. Mas isso quer dizer que é condenável a desobediência civil?

É verdade que Deus não aprova nada que seja ímpio e egoísta nos governos humanos. Tampouco aprovou o que era ímpio e egoísta nos escribas e fariseus; e ainda assim Cristo disse aos seus discípulos: "Os escribas e fariseus sentam-se na cadeira de Moisés. Portanto, tudo o que eles vos ordenam, para que observem e façam; mas não façam segundo as suas obras, porque eles dizem e não fazem." Aqui é reconhecido o princípio do bom senso, de que devemos obedecer quando o requisito não for incompatível com a lei moral, qualquer que seja o caráter ou o motivo do governante. Devemos sempre obedecer de coração como ao Senhor, e não aos homens, e prestar obediência aos magistrados para honra e glória de Deus, e como servi-lo. (FINNEY, 1878, p.346-347).

Por meio da teologia sistemática de Finney, vemos que a obediência civil é de certo modo, um tipo de obediência de ordem intermediária, pois os evangélicos obedecem aos magistrados, é porque enxergam neles, a representação da soberania divina. Contudo, se o governo se desviar da justiça, integridade e etc., este desobedeceu ao intento divino, então segundo o protestantismo, é legítimo a crítica política, seja por meio de protestos ou desobediência civil.

Na primeira carta de Pedro, capítulo 2, versículos 13 e 14, o apóstolo trabalha o conceito de sujeição. No texto petrino, entende-se que todo poder emana de Deus, e que seu objetivo é corretivo, concordando assim com o ensino paulino. O Dr. William Barclay (Barclay 1995)¹⁷, comentando a passagem petrina, enuncia que devemos procurar a nos atentar para as nossas responsabilidades e não somente com os direitos e privilégios que adquirimos do governo. Barclay faz ainda, uma distinção do tipo de governo da era petrina para a nossa, sendo aquela um tipo de Estado autoritário, já esta um Estado Democrático. Concluindo que num governo autoritário o que se espera é a submissão, pois nele não há uma abertura

¹⁶ Brunner, E. (2020). *Romanos*. São Paulo: Fonte Editorial.

¹⁷ Barclay, W. (1995). *Comentario al nuevo testamento - tomo 10 - Gálatas y Efesios*. Barcelona: Editorial CLIE.

política, já num estado democrático, a atividade mais coerente seria cooperação ou colaboração. Totalizando dos dois textos, o de Paulo e de Pedro, temos o que pode ser, o papel do evangélico: buscar o bem comum, e tornar-se disponível, através da colaboração estatal.

6.3 Influência secular

O cristianismo teve mais de três séculos de influência política, entre elas ... mas infelizmente pela busca de um Estado do tipo secular ou ateu, alguns teóricos, e parte do senso comum, têm optado em enfatizar somente os aspectos negativos desta influência. Intentaremos aqui demonstrar as influências positivas que foram interferência direta e indireta do cristianismo, e como por meio delas, podemos encontrar viabilidade ao exercício político.

Ao longo da história a igreja foi responsável, em grande medida, por persuadir governos a valorizar muito mais os direitos humanos individuais, a liberdade individual, a liberdade religiosa, a igualdade perante a lei e a separação entre Igreja e Estado. Pode-se observar uma influência cristã expressiva na Magna Carta, na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América e na Constituição dos Estados Unidos da América. Ademais, a influência cristã levou à extinção de males como o aborto, o infanticídio, as lutas entre gladiadores, os sacrifícios humanos, a poligamia, a prática de queimar vivas mulheres viúvas e a escravidão, bem como essa influência levou à concessão de direitos de propriedade, direitos de voto e outras salvaguardas para as mulheres. (GRUDEN, 2016, p. 88)

Os resultados abordados por Gruden são de ordem protestante. Citando alguns eventos, temos a preocupação dos anabatistas que lutaram insistentemente na separação da igreja e o Estado, mesmo que infelizmente pregassem um descompromisso estatal, a luta contra a prática da *sati*¹⁸ na Índia, foi em grande medida, intermediação de missionários ingleses.

Em períodos não tão distantes, temos o ativismo de Martin Luther King Jr., questões sobre o racismo e segregação que sobressaíram os limites religiosos. A guisa de informação, podemos tratar de forma sucinta a questão da Lei Seca nos Estados Unidos, nas décadas 20 e 30. Na lei seca, vemos que não adianta somente buscar somente uma influência cristã denominacional, mas influência bíblica. Exemplificando, para uma porcentagem das

¹⁸ Antigo costume indiano que se queimava as viúvas, junto com seus maridos mortos.

igrejas protestantes é proibido ingerir bebidas alcoólicas, porém isso não é doutrina de ordem bíblica, mas de ordem confessional, caso contrário todos os personagens bíblicos estariam errados. A Bíblia é contrária somente à embriaguez, conseqüentemente, os evangélicos devem sim buscar trazer uma influência em ambientes seculares, todavia, não poderá ser de ordem confessional e nem tampouco de cunho espiritualizante, deverá ser pautada na laicidade, democracia e principalmente tolerância.

6.4 Bússola Moral

Em meio a tantos conceitos de moralidades, duas indagações surgem. É possível julgar a moralidade? E em que aspecto uma ética do tipo religioso servirá como bússola moral? A grande confusão em relação à primeira questão é confundir sujeito e ação moral. O primeiro é um sujeito realizando alguma ação moral, já ação moral é ela em si mesma.

Um julgamento precisa de premissas que definem o que é uma ação moral, por isso é que quando analisamos a legislação vigente, podemos compreender que parte dela, está entrelaçada com a ação moral. Mas, se o sujeito cometeu ou não imoralidade será necessário uma análise precisa do sujeito entrelaçado com essa ação moral.

Leis contra roubo e assassinato são declarações morais sobre o direito à propriedade privada e sobre a santidade da vida. Até mesmo um sinal de PARE é uma lei moral. Um sinal de PARE diz que você não tem o direito de arriscar a vida de outras pessoas por dirigir de maneira imprudente. RUSHDOONY, Mark R. Em Defesa De Uma Moralidade Legislada| Mark R. Rushdoony. **Monergismo**. 2 de Marco de 2012. Disponível em: <http://monergismo.com/novo/teologia/em-defesa-de-uma-moralidade-legislada/>

A moral relativista, ao mesmo tempo em que propiciam inúmeras possibilidades para ação moral, valendo-se das diversidades culturais, gera três conseqüências imprecisas: não pode definir moralmente outras culturas, mesmo para aquelas em que o infanticídio fosse normal, não poder criticar a nossa própria realidade moral e a ideia de progresso moral seria posto em dúvida. Entretanto, muitos teóricos têm intentado mostrar, como e porque o relativismo moral é importante dentro da fragmentação estatal que estamos vivenciando. As dificuldades sobre o relativismo moral são: Por que uma determinada parcela distinta definirá o tipo de ação desejável para o todo? Será que este pressuposto moral terá alguma relevância daqui a 100 anos? Sendo assim, chegamos a compreender a importância de uma moral do tipo absoluta e universal. Não estamos propondo aqui um tipo de imperativo categórico

conforme propôs Kant, pois apesar de o indivíduo buscar esse imperativo, ele ainda seria fruto de uma subjetividade sociocultural. Todavia, C. S. Lewis (Lewis, 2017),¹⁹ vai propor algumas premissas: as diferenças morais existem, mas não são totais em todos os aspectos, pois desejamos nos comportar de tal modo e não conseguimos. Na visão de Lewis a realidade destes problemas é fruto de uma incompreensão entre crenças de fatos e ações morais. A partir dos pressupostos apontados anteriormente, o teórico britânico vai fomentar que existe um tipo de lei natural que interfere, até mesmo em nossos instintos.

Esses axiomas talvez possam significar que, mesmo que haja diferenças culturais, em algum aspecto, todas as culturas podem ter alguma semelhança do tipo universal, como a coragem para a batalha, a busca de um tipo de manutenção social para o progresso do bem comum etc. Similarmente, esses atributos universais que atravessam anos e distintas sociedades, são ideias desejadas, mas na maioria das vezes não realizadas, sendo deste modo, distintos das leis da natureza. Pois nesta, a natureza faz e não poderia ser de outro modo, já na lei natural é um ideal que, a humanidade deveria fazer e acaba não fazendo. Verificamos as atenuantes da lei natural, nas promessas e desculpas feitas em relação ao ideal moral que desejamos alcançar. Concluindo, que restam duas possibilidades: o mundo como fruto de uma realidade materialista, ou fruto de uma entidade inteligente. Para os evangélicos a primeira alternativa torna a ação moral dúbia, porque nela o ser humano em nada difere dos outros seres naturais, e toda ação moral entrará de certa maneira em algum aspecto lógico ou instinto. Creem que a segunda opção é mais precisa, pois nela as ações morais são dadas por um ser que é além ao espaço-tempo. De tal modo, que para os evangélicos, as ações morais serão justificáveis, caso elas sejam do tipo universais e absolutas.

Sem Deus, não haveria valores, obrigações morais, direitos humanos e, tampouco, dignidade humana. Rist observa que há "uma crise abertamente admitida, no debate ocidental contemporâneo, em relação aos fundamentos éticos". Sem um retorno à tradição do Deus judaico-cristão como a Fonte "infinita e necessariamente boa de tudo o que é finito, a crise recrudescerá cada vez mais". (COPAN, 2006. n.p).

Apesar da frase acima ser de Paul Costan, um filósofo e teólogo cristão, e essa visão da moralidade estar intrinsecamente com visões teístas, também foi e é defendido por filósofos e cientistas ateístas como: Bertrand Russel, J. L Mackie, James Rachels e Richard Dawkins.

¹⁹ Lewis, C. S. (2017). *Cristianismo puro e simples*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson.

A conclusão que podemos inferir desta é que, a moral cristã, não é somente possível, mas necessária para o progresso da máquina estatal. Pontuamos que, com isso não estamos dizendo que a moral judaico-cristã deva ser do tipo coercitiva, nem tampouco impositiva, mas deve servir como o título deste tópico sugere, uma bússola moral, um norte que poderá ter influências positivas no âmbito político.

6.5 O evangélico como cidadão

Até agora abordamos fatores mais genéricos que, clarificam que o evangélico tem alguns princípios basilares que uma vez bem fundamentados, podem servir de um sistema que induz ou não, a ação política protestante. Não obstante, inferiremos que a ação política, não é uma possibilidade, mas uma obrigação cristã.

No topo da lista, está o sufrágio universal, mas não somente isso, também deve ter um compromisso sincero com o progresso socioeconômico e cultural do país, Estado, nação etc. Os mecanismos e metodologias usadas podem ser realizados através do engajamento cultural, e com mais proximidade com questões que vai além do período eleitoral, sobre isso Igor Miguel propõem algumas alternativas;

No atual cenário político, entre esquerdas e direitas, há um relativo consenso e interesse em mecanismos de controle ou meios de participação política para além das eleições populares. Há uma demanda por supervisão, acesso ao orçamento e contas públicas, bem como canais de comunicação abertos com os representantes. Um mundo mais conectado tem viabilizado este cenário onde demandas políticas emergem de forma mais frequente e em níveis mais capilares da sociedade. E, combinada a esta noção de transparência e accountability, no caso do Brasil, tem-se a chamada Lei de Acesso à Informação, que coopera para uma participação democrática continuada por parte da sociedade civil. Miguel, Igor. *Cristãos na Democracia: Uma abordagem evangélica – reformacional*. **Tu, porém, e Vida Nova**. 2012 -2021. Disponível em <https://tuporem.org.br/cristaos-na-democracia-uma-abordagem-evangelico-reformacional/>

Juntamente com o compromisso eleitoral, o evangélico deve se preocupar com o patrimônio público, cumprir com seus compromissos tributários, zelar e cuidar do meio ambiente. Se possível deve atuar como agente de mudanças, como investimento e criação de ONGs, orfanatos, asilos e etc.

6.6 A igreja e as diretrizes sociais

O uso das instruções para campanhas eleitoras é expressamente proibido dentro do âmbito religioso. Mas isso não significa que o assunto político não deva estar na prédica

pastoral, muito pelo contrário, a partir dos pressupostos é dever do cristão, ter um conhecimento político cristão, para que possa exercer sua cidadania.

7. Cosmovisão cristã

Sabemos que toda cristandade tem um sistema de crenças, que chamamos de credos, que enuncia serem crenças universais e absolutas. No cristianismo entre elas temos: a existência divina e a Bíblia como norma de fé e prática. A partir das crenças postuladas anteriormente, é que se desenvolverá como se forma a cosmovisão evangélica. Entretanto, precisamos tentar definir o que viria ser essa cosmovisão, e do que se ocupa essa visão de mundo, e se está cosmovisão seria possível num campo público. Os princípios cosmológicos aplicados no domínio da religião devem ser analisados previamente, para à partir destes pressupostos juntamente com os processos históricos, tentar assimilar se é “justificável” ou não, a ação política de cristãos evangélicos na esfera pública.

8. Possíveis problemas de uma cosmovisão cristã

O problema da distinção do que é o conhecimento da mera opinião, sempre foi um problema presente na filosofia, isso desde os períodos pré-socráticos até os dias hodiernos. Com o decorrer do tempo, as preocupações recaíram também nas formas que adquirimos o conhecimento, e se estes são justificados ou não, chegando a pressupostos lógicos, a problemas metafísicos como a existência de Deus e por fim problemas como os que trabalham a filosofia da mente.

A teoria do conhecimento, ou epistemologia, é o ramo da filosofia que trata das questões filosóficas sobre o conhecimento e a racionalidade. Os epistemólogos estão primariamente interessados nas questões sobre a natureza do conhecimento e nos princípios que governam a crença racional. Eles estão menos focados em decidir se há conhecimento ou crença racional em casos reais, específicos. Assim, por exemplo, não é tarefa de o epistemólogo determinar se é agora razoável crer que existe vida em outros planetas. Esse é primariamente o trabalho de astrônomos e cosmólogos. A tarefa dos epistemólogos é tentar desenvolver uma teoria geral estabelecendo as condições sob as quais as pessoas têm conhecimento e crenças racionais. (FELDMAN, 2003, n.p)

Nas palavras de Feldman, percebemos então que a tarefa dos epistemólogos, parte daquilo que podemos chamar de racionalidade e conhecimento. Todavia, é necessário descobrir quais foram os métodos ou mecanismos usados que para saber como determinado sujeito (S) chegou à conclusão X, e caso haja alguma discrepância se perceberá que na verdade foi só uma mera opinião. Com isso alguns dispositivos metodológicos são necessários, a fim de avaliar o argumento de um sujeito. Atualmente temos disponíveis, inúmeras propostas de possíveis epistemologias, como: Epistemologia da Virtude, Epistemologia Naturalista, Epistemologia Moral, Epistemologia Social etc. O nosso objetivo aqui, não é tratar se são epistemologias ou não, e nem das suas configurações em si mesmas, para concluir se são epistemologias ou não. Nosso objetivo é analisar alguns pressupostos epistemológicos de forma sucinta, entre eles, as dos tipos: Fundacionalista, Coerentismo e Ceticismo.

Dado às nuances que os tipos epistemológicos em questão podem oferecer, e as dificuldades com o termo epistemologia, esse trabalho utilizará no lugar deste termo, o conceito ou nomenclatura cosmovisão. Nesta pretendemos demonstrar o a visão de mundo dos evangélicos, como também a sua própria maneira de pensar. Quanto aos tipos epistemológicos, nosso trabalho focalizará, no primeiro deles, o fundacionalismo.

Para o fundacionalismo, o conhecimento é verdadeiro se e somente, “a pessoa está justificada em acreditar uma preposição, apenas se ela tiver uma boa razão e evidência.” Não obstante, encontramos na sentença, uma primeira dificuldade para uma cosmologia do tipo religiosa, pois nesta todo domínio epistemológico, hermenêutico e moral estão sujeitos a alguma ou algumas divindades. A dificuldade repousará aqui não só sobre as premissas levantadas do tipo, fazer x é errado, mas sim, que essa proibição é atribuída a um ser divino, de tal modo que a maior objeção será sobre a existência dessa/dessas divindades. Pois pode até ser possível se conseguir esse intento por meio de silogismos lógicos. Entretanto, a dubiedade acarretará sobre as razões da existência de Deus, donde surgiram muitas perguntas. Se Deus existe porque o mal existe? Se Deus existe porque ele não se revela? Sobre essas indagações tem alguns trabalhos muito interessantes. Talvez quem tenha mais se debruçado sobre essas problemáticas seja o Dr. William Craig²⁰.

Nas tentativas de desconstruir principalmente a fé cristã, muitos teóricos se levantaram explicando os motivos e os porquês que as pessoas acreditam em Deus. O

²⁰ Nesse site poderá saber algumas informações do Dr. Craig e também alguns de seus trabalhos: <https://voltemosaoevangelho.com/blog/autor/william-lane-craig/>

conhecimento sobre tal intento destes é extremamente relevantes, porque para os teóricos que serão citados, os motivos estavam relacionados com problemas de ordem social, psíquica. De tal modo que, somente os que conseguem sair da “caverna platônica,” ou que poderíamos de chamar também, de “prisões” socioculturais e psíquicas, estariam aptos a viver uma vida real. Por meio dessa lógica, corroboramos que os religiosos são aqueles que estão presos na ingenuidade e ignorância. Será que isso mesmo? Mas antes de entrarmos nesse embate, citaremos três teóricos, e o que eles pensam acerca dos religiosos, e de uma possível cosmologia religiosa.

Sigmund Freud, Karl Marx e Imanuel Kant, usamos os três porque cada um deles vem de uma distinta área, e assim podem demonstrar três teorias por meio de perspectivas diferentes.

Freud compreendia que a crença religiosa, era um problema que é resultado de um problema histórico. O pai da psicanálise vai fazer uso de um ensaio, no qual ele relata que, em tempos primórdios, só o pai era detentor de todas as mulheres como também de todas as benesses, e isso incomodava os filhos dele, sendo assim usando de artimanha, mataram o pai e depois comeram a sua carne. Esse ato serviu como significação, para demonstrar poder, como também divisão de poder, que estava sobre só um personagem, a saber, o pai. Porém, essa atitude tirou o “referencial social.” Apesar dos pesares, o pai era um modelo a se seguir, e nutriam por ele amor e ódio. É neste impasse paradoxal de atração e rejeição, que surge o conceito de Deus, segundo Freud. Na teoria freudiana o mesmo trará a configuração os motivos de um Pai eterno, que será um tipo de “defesa” contra os sabores deste mundo frio, e um mecanismo de coesão social. Podemos inferir então que, para teoria freudiana, a crença em Deus é fruto de algum problema de ordem psicológica ou antropológica.

Karl Marx, postulou que a religião é um tipo de subterfugio social, produzido por uma sociedade alienada. Em suas palavras, Marx vai dizer: “a religião é o ópio do povo”, em outras palavras poderíamos dizer que, para a teoria marxista, a religião é um remédio que trata os efeitos e não causa, sendo dessa forma um empecilho ao desenvolvimento social, um mecanismo de poder e de subjugação pública.

Kant diferentemente dos teóricos anteriores, não postulou a não existência divina nem tampouco, que as crenças religiosas eram frutos de uma psicose ou alienação social. No entanto, ele propõe no seu livro “a crítica da razão pura”, dois tipos de conhecimento: os a priori e os posteriori. Os primeiros são aqueles do tipo “objeto em si mesmo”, logo são aquelas que não são dadas pela experiência sensível, e é nessas realidades primeiras que Deus

se encontra, e o é de tal forma distante, que não é possível conhecê-lo. Outrossim, na “revolução kantiana”, o filósofo demonstrou que, os nossos saberes não é só fruto da razão e da experiência, mas de ambos, e são eles que “configura” nossa visão de mundo. O que podemos assimilar da teoria kantiana é que, o conhecimento de Deus é impossível, sendo que até o conhecimento que temos dEle, é consequência de um conhecimento adulterado ou uma cosmovisão subjetiva.

9. Proposta de Alvin Platinga

Quando verificamos os argumentos antecedentes, a conclusão que se chegamos é que, uma cosmologia do tipo cristã além de não ser possível, é doentia, alienada e psicótica. Como responder essa problemática? Primeiro devemos nos lembrar que, na esfera pública, se buscará um tipo de argumento que seja coerente, racional e evidente. Para discutirmos o assunto acima, recorreremos a Alvin Platinga (Platinga, 2016).²¹ Começando por Kant, ele vai demonstrar que há certo tipo de verdade no posicionamento do filósofo prussiano. Se Deus é realmente eterno, onipresente e outros atributos incomunicáveis,²² nossa finitude e pequenez, seria fatores determinantes para não conhecermos ao divino. Contudo, nessa mesma teoria, uma questão importante não é respondida. Mas antes de colocar a questão, é necessário que retomemos a sua proposta de conhecimento a priori. Para Kant, este é um tipo de conhecimento auto evidente, como $2+2=4$, você não procura entender o porquê é assim e não de outro modo, porque este é um tipo de saber, que vem da razão pura. Mas juntamente com esses pressupostos lógicos e matemáticos, há também o conhecimento metafísico, a saber, Deus existe. A pergunta que Alvin propõe é: Por que Deus colocaria esse tipo de conhecimento metafísico se ele não quisesse que pensasse sobre Ele? Qual o objetivo? Sendo Ele criador não poderia ter feitos pessoas incapazes de conhecê-lo? Porque tem que esse tipo de conhecimento, tem que ser diferente da cognição lógica-matemática?

Se não podemos pensar a respeito de Deus, então (como disse Ramsey) não podemos pensar a respeito dele; portanto, não podemos fazer asserções a seu respeito, incluindo-se as asserções que versam sobre a impossibilidade de pensar a respeito dele. A asserção de que não podemos pensar a respeito de Deus — Deus é tal que não se pode cogitar sobre seu ser — é obviamente uma asserção a respeito de Deus; e se não podemos pensar a respeito de Deus, então não podemos dizer a

²¹ Platinga, A. (2016). *Conhecimento e crença Cristã*. Brasília : Academia Monergista.

²² Qualidades divinas que não é encontrada na humanidade

respeito dele o que pensar a respeito dele. Talvez existam coisas a respeito das quais não possamos pensar, talvez coisas em alguma outra parte do universo. Sendo esse o caso, não podemos escolher uma dessas coisas e dizer acerca dela que não podemos pensar a respeito dela. Dada a fraqueza do argumento para a conclusão de que Deus se encontra além da nossa compreensão conceitual, sendo tal que não podemos pensar ou falar a respeito dele, e dado o fato de que essa perspectiva é contraditória e destrói a si mesma, parece que o melhor a fazer até este momento é rejeitá-la. (PLATINGA, 2019 n.p)

Por meio da citação acima, chegamos à conclusão de que a teoria kantiana no que tange a possibilidade de pensar sobre a existência de Deus é contraditória. Podemos sim pensar sobre a pessoa de Deus, mas nem de longe o problema está resolvido. Mesmo que seja possível a crença na existência divina. Como objetar, cos outros dois teóricos? Sendo que para Freud é uma psicose e para Marx uma alienação social? Antes de trazermos uma possível refutação, que legitimará essa cosmologia na esfera em público, e indispensável conhecermos a resposta à objeção de jure de Alvin Platinga.

9. 1 A objeção à crença religiosa

Mesmo que muitos políticos e cientistas sociais aceitem que, haja a participação pública de religiosos, há ainda certa resistência à crença teísta. Pontuamos a seguir, que no mínimo dois tipos de objeções são trazidos: objeções de *facto* e objeções de jures. As factuais vão tratar da veracidade da crença. Para eles, a falsidade da crença teísta é a incompatibilidade lógica da existência de um ser onipotente, onisciente e onipresente e a existência do mal. Já as objeções de *jure* não recaem somente da falsidade, mas na irracionalidade da crença, que não possui justificativas para tal crença, sendo então imoral.

Há também o que chamarei objeção de jure, também com várias versões. Aqui, a afirmação não versa sobre a falsidade da crença (embora, ela possa ser falsa); antes, afirma-se que ela apresenta outro defeito: pode ser imoral, irracional, tola, injustificada, ou deficiente de algum outro modo. Considere a crença na existência de um número par de estrelas; talvez ela seja verdadeira, talvez seja falsa, mas não é a crença de uma pessoa racional (porque se trata de um tipo de crença para a qual se requer evidência, e inexistem evidências para confirmar qualquer um dos lados) (PLATINGA, 2016, p.34).

Esses tipos de objeções são apresentados a partir da ideia de “progresso,” estruturado por Augusto Comte²³. Ele compreendia que, assim como o homem saiu do mito para conhecimento filosófico, importa que, para que haja o desenvolvimento humano, seja “trocado” a religião pela ciência. Igualmente, contextualizando podemos dizer que, ele trabalhará com um pressuposto que, ao trazer, somente a fé de uma determinada religião, que se intitula absoluta e verdadeira, é a mesma em si própria arrogante e preconceituosa, ainda mais num ambiente com inúmeras religiões.

Alvin Platinga, todavia, vai propor que, antes de analisar a crença, precisamos ver se ela cumpre alguns requisitos. Além da demonstração de que ela não é irracional e nem inconsistente, os outros requisitos propostos são: faculdades cognitivas em pleno funcionamento, em um ambiente que possibilitem o seu funcionamento, que funcione de acordo com o projeto do design e que visa à verdade. Elucidando, uma crença só pode ser tida como verdadeira caso:

- I. O sujeito em questão não sofra de nenhuma disfunção do tipo psicológica, que os faça não conseguir distinguir entre realidade e a imaginação;
 - II. Esteja num ambiente que não influencie e atinge a sua capacidade mental, de tal forma que não consiga pensar logicamente ou perder sua memória;
 - III. Que seu órgão funcione conforme deva funcionar para objetivos verdadeiros.
- Veremos agora o que filósofo extrai dessas premissas.

Baseando se em Tomas de Aquino, ele vai dizer que: “foi implantado em nós de forma natural, um conhecimento geral e confuso de Deus”. Do mesmo modo que, os olhos são responsáveis pela visão, os ouvidos pela audição e etc., tanto para visão tomista, como para João Calvino, existe um órgão responsável por essa recepção divina, no qual os dois teóricos chamam de *sensus divinitatis*. Segundo os dois teólogos, esse órgão é nato, porém precisa ser desenvolvido, da mesma maneira que a matemática e as línguas. Platinga citando Calvino vai dizer que, este órgão assemelha-se a percepção, a memória e ao conhecimento a priori.

Todavia, da mesma forma, que para Freud e Marx a crença religiosa é fruto de disfunção social ou psíquica, para Aquino, Calvino e Platinga o mau funcionamento do *sensus divinitatis* gera e é causa da descrença divina.

De acordo com Paulo, a descrença resulta de uma disfunção, um defeito, uma falha no funcionamento adequado, ou o impedimento das faculdades racionais. A

²³ Para compreender melhor o conceito de progresso em Comte, leia: *Comte* – Coleção os Pensadores.

descrença, Paulo afirma, é o resultado do pecado; como se diz em Romanos 1, ela tem origem no esforço de “suprimir a verdade pela injustiça”.⁴⁸ De fato, a descrença também pode ser considerada resultado da realização do desejo — o resultado do desejo de viver no mundo sem Deus, o mundo em que não há ninguém a quem se deva louvor e obediência. (PLATINGA, 2016, p.75)

Já sabemos por meio das teorias acima que, para a visão cristã, o pecado seria um tipo de disfunção do tipo afetivo. Resta, porém, nós sabermos, de que tipo são essas crenças, que demonstram que esta em bom funcionamento, o *sensus divinitatis*.

Na teoria platiguiana, elas se dão de forma básica, não sendo daquelas que precisam de argumentos ou base anteriores. A justificação pode se dar do seguinte modo, imaginemos um sujeito S que atenda todos os requisitos anteriores, que seja um religioso e que leia inúmeros materiais de ateus do tipo “porque não sou cristão” de Bertrand Russel²⁴ e “deus um delírio” de Richard Dawkins²⁵, mas mesmo assim ele crê que, os argumentos não se de todo suficiente para desacreditar a sua fé. Teria ele que acreditar em algo que pra ele é falso? Assim como o fato de um sujeito cair, não depende do agente em si, mais da lei da gravidade, igualmente cremos não ser possível suspender sua crença, ainda mais se para este sujeito, esta outra crença oferecida pra ele não ser verdadeira. Outra possibilidade é, imaginamos um pressuposto lógico que, uma ideia só pode ser “garantida”, se for possível em todos os mundos possíveis, isso pode ser o caso da existência divina, logo deduzimos que é uma ideia racional, sendo desta maneira, podemos concordar que ela é sim relevante para espaço público.

10. Posicionamentos evangélicos contrários ao ativismo

Da mesma maneira que há evangélicos que são favoráveis ao ativismo evangélicos, encontramos também, outro contraponto, de nomes relevantes da ala protestante que são contrários ao posicionamento político. Gruden (Gruden,2016),²⁶ enumera alguns dos motivos: todos os governos são demoníacos, e do que a igreja, deve se dedicar ao evangelismo e não a política.

²⁴ Russel, B. (1957). *Porque não sou Cristão - E outros ensaios sobre religião e assuntos correlatos*. Livraria Exposição do Livro.

²⁵ Dawkins, R. (2017). *Deus um delírio*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

²⁶ Grudem, W. (2016). *Política segundo a Bíblia - princípios que todo cristão deve conhecer*. São Paulo: Vida Nova.

10. 1 Todos os governos são demoníacos

A partir de uma interpretação inconsistente da tentação de Jesus, e da *Ilíada* e *Odisseia* de Homero, os defensores dessa visão, entre eles, de forma enérgica, o pastor Greg Boyd²⁷, compreendem que quando satanás prometeu a Jesus todas as nações do mundo, caso ele fosse adorado, trata-se de uma possibilidade real e verdadeira, pois não se vê ali, uma contestação de Cristo, de certo modo que para ele, (Jesus) estaria ali uma verdade incontestável do Diabo. Outros escritos que Boyd usa para se fundamentar, são os de Homero. Nos escritos homéricos, os deuses gregos que interfere nas atividades humanas, segundo o pastor, são os demônios, e Zeus que se diverte desde o monte Olímpico por causa desta interação é o Diabo. Por meio desses materiais, ele chega à conclusão de que os governos são todos demoníacos por melhor que eles sejam. De outro modo, um terrorista que decide tornar-se um homem bomba, tem a mesma motivação de qualquer outro religioso que se beneficia do governo para atividades filantrópicas, dessa maneira ele relativiza e iguala todas as ações religiosas no ambiente político, independente de qual seja o interesse do agente.

Levando em consideração essa fundamentação de cunho metafísico. Como os defensores desta teoria reivindicam a ação no espaço público? Eles defendem uma contracultura, a saber, assim como Jesus disse, que quem receber um tapa num lado da face, deve oferecer o outro lado também. Com efeito, o cristão deve agir assim também, se posicionando contra guerras, militarização, e todo tipo de imposição de “força bélica” e poder. Nessa concepção, os cristãos, devem ser apolíticos e pacíficos, influenciado através da cultura de paz e do diálogo. Entretanto, nunca reconhecem na política um governo legítimo, pois segundo eles, o mesmo está, sob supervisão demoníaca.

10. 2 A igreja deve se dedicar ao evangelismo e não a política

No tópico anterior, visualizamos um tipo de abordagem do tipo transcendente, em que faz com que os evangélicos olhem com desconfiança para o ambiente político,

²⁷Boyd, G. A. (2009). *The Myth of a Cristian Nation: How the Quest Political Power is Destroying the Church*. Zondervan.

entendendo que todos os governos, quer sejam bons ou maus, são efeitos de ação maligna. Porém na abordagem proposta nesse tópico, não há essa desconfiança total, mas um tipo de separatismo cultural. Muitos religiosos favoráveis a essa perspectiva, defendem um tipo de ascetismo contemporâneo, outros mais flexíveis entendem a relevância político, mas creem que o ativismo político é um tipo de subterfúgio que desalinhará a comunidade cristã, do seu objetivo principal.

(...) a separação do mundo é o começo do redescobri mento da comunidade cristã; essa separação é também essencial para que a Igreja possa falar claramente e agir decisivamente. A questão não é propriamente o retorno às formas estruturais do século I, mas ao espírito e valores da Igreja primitiva, quando os crentes obedeciam às Escrituras. As diferentes formas de estruturação e organização das comunidades eclesíásticas basicamente se espelham na época na qual elas nascem e vivem; a igreja em um ambiente rural terá, certamente, um formato diferente do de uma igreja urbana e industrial, tecnológica e suburbana. O sonho de um retorno ao espírito e valores de um tempo primitivo, no entanto, é outra questão. Espírito e valores transcendem épocas e culturas. (GRUDEN, 2016. p.366).

A citação acima demonstra que, a finalidade primordial da igreja é apresentar o caráter de Cristo. Nesse interim, é necessária uma cosmovisão cristã que seja relevante. Para isso, ela terá que ter um *ethos* distinto, um que seja possível influenciar de alguma forma o espaço democrático. Os conceitos não podem estar aglutinados, mas devem ser distintos, para que assim possam oferecer uma crítica externa, de forma cirúrgica e precisa.

A dificuldade da teoria em questão, é que, esse separatismo a torna muito restrita e ao mesmo tempo seletiva, ela resume a vida somente ao aspecto religioso, e por fim ela ignora a influência positiva de muitos evangélicos na política.

11. Protestantes, evangélicos e pentecostalismos

Assim como a terminologia “cristão,” traz em si mesmo diferentes aspectos do cristianismo, como católicos, anglicanos, ortodoxos e protestantes. Cada um deles divide-se, em inúmeras ressignificações, do mesmo modo a nomenclatura “evangélicos,” é muito genérica. Podemos dizer assim, que o pentecostalismo é uma parte do evangelicalismo, que é um todo dentro do cristianismo. Passamos agora a compreensão de cada um deles.

11. 1 Protestantes

O protestantismo como o nome sugere, não é um termo pejorativo, mas fruto da reforma protestante. A reforma protestante nasceu como consequência, da não aceitação da crítica feita por Martinho Lutero. Desgostoso em relação a algumas coisas que estavam acontecendo, entre elas, as indulgências e outros aspectos doutrinários, e desconfiava, de que o Papa não sabia destas realidades. Como era de costume, ele propõe um debate público de suas teses. Para isso ele prega nas portas igreja de Wittenberg as suas 95 teses, em 31 de outubro de 1517. Porém, as suas teses, o levaram ao rumo diferente, pois as indulgências e outros assuntos que ele criticava, não era só do conhecimento papal, mas ordenados por ele. A situação avançou de tal forma, que após a sua não retratação, ele teve que ser escondido por um longo período, e foi nesse ínterim que, Lutero traduziu a Bíblia para o alemão popular, e começou as fundamentações da reforma protestante.

A palavra “protestante”, de acordo com a definição do dicionário se refere a “um membro de uma das igrejas cristãs que terminaram se separando da Igreja católica Romana desde o século XVI; batistas, presbiterianos, congregacionais, e alguns outros; ou se refere a ‘uma pessoa que protesta’”. O termo “protestante” não é um termo pejorativo. A palavra é derivada do latim, da preposição PRO que significa “para”, e o infinitivo TESTARE, “testemunho”. Um protestante é, então, uma testemunha, um protestante é uma testemunha de Jesus Cristo e da Palavra de Deus. O protestantismo não é meramente o protesto contra a corrupção eclesiástica e o falso ensino; é o renascimento da fé bíblica, um renascer do cristianismo do Novo Testamento, com uma ênfase positiva nas doutrinas das Escrituras. (CANUTO. p.1)

Apesar de seu aspecto religioso, a reforma teve implicações abrangentes. Muitos teóricos legitimam a reforma protestante, como uma das possíveis responsáveis do surgimento da democracia ocidental. No campo da educação, Lutero é conhecido como o pai da escola pública. Diferentemente dos católicos que restringiam a leitura das Sagradas Escrituras ao clero, os reformadores tinham como objetivo que todo cristão a lessem em sua própria língua. As dificuldades recaem no fato de que, a maioria da população era analfabeta, e como possível solução, Lutero recomendou que em todas as igrejas luteranas, ao lado tivessem uma escola, a fim de oferecer alfabetização para aqueles que ainda não sabia ler. João Calvino outro reformador, propôs a possibilidade de uma regulamentação distinta, para um determinado grupo de religiosos, que se dedicariam somente a educação e ao ensino.

Sobre o sufrágio como direito universal, ele em parte é, resultado, de uma organização eclesial presbiteriana. Assim como os líderes religiosos eram escolhidos através de votos pela comunidade evangélica, teria que ser da mesma maneira no governo.

11. 2 Evangélicos

Para assimilarmos melhor, precisamos distinguir os evangélicos como ação da igreja, e os evangélicos como movimento denominacional. O evangélico como ação, pode ser remetido até a era apostólica, da derivação do latim *evangelium*, que significa boas novas. Nesta primeira perspectiva, todos os que professam o cristianismo neste termo, é um evangélico. Entretanto, nem todos fazem parte do movimento evangélico. Como desdobramento do protestantismo, além das 5 solas, eles trazem consigo mais 4 verdades cardeais, que corroboram e ampliam o escopo teológico: A Bíblia é a inerrante e infalível palavra de Deus, salvação somente por meio da pessoa de Jesus, a conversão e a confissão pública da pessoa de Cristo, como seu único e suficiente salvador e foco primordial na evangelização. Em outras palavras, a evangelização, é uma apresentação direta da pessoa e a obra de Cristo. Esse aspecto é a principal distinção dos protestantes para os evangélicos. Verificamos por meio de: Marcha pra Jesus, cultos em locais vulneráveis (presídios, hospitais, lar dos idosos e etc.), são apenas alguns exemplos de apresentação da cosmovisão evangélica.

11. 3 O que é os pentecostais?

Antes de fazermos qualquer apontamento, é necessário trazermos uma caminhada genealógica e conceitual mesmo que sucinta, do que seriam os pentecostais. É necessário, porém trazer si, uma distinção destes com os movimentos neopentecostais. Estes últimos surgiram a partir da década de 70, distinguindo dos primeiros, que pautava na experiência sobrenatural que possibilitava uma experiência mística entre Deus e o fiel, por meio de um profundo conhecimento bíblico, e crendo na realidade da batalha espiritual. A maneira de como era pautada pelos pentecostais, era, da influência demoníaca que impossibilita uma vida virtuosa, sendo esta, uma peleja que visa afastar os escolhidos da presença de Deus. Mas de outra maneira, os neopentecostais pautando principalmente na teologia da prosperidade e na batalha espiritual por um véis mais sincretista. Os neopentecostais veem esta guerra, como

algo que tem mais a ver com a saúde e vida financeira da comunidade. A pobreza e as doenças segundo eles é resultado, de uma fé espúria, preguiça, falta de atitude e até possessão demoníaca. A distinção é importante, para poder posteriormente situar os pentecostais dentro da esfera pública distinguindo-os dos neopentecostais.

A nomenclatura pentecostalismo está estritamente relacionado a uma narrativa bíblica do livro de Atos dos Apóstolos. Menciona-se que, ao final da festa judia de pentecoste,²⁸ os discípulos depois de 10 dias de oração no cenáculo, vivenciaram uma experiência ultramundana e metafísica. Segundo a visão dos pentecostais, essa experiência possibilitou tanto a glossolalia²⁹ e xenolalia³⁰, e juntamente com esta, outras experiências sobrenaturais, como: curas divinas, profecias, visões e expulsão de demônios ou como se fala no uso mais coloquial ou católico, os famosos “exorcismos,” que segundo eles, podem ser experimentadas ainda hoje.

Tal tipo interpretação é fruto de um processo interpretativo que começou muito anos antes do famoso evento conhecido como “Avivamento da Rua Azusa.”³¹ Há muita discussão histórica sobre o mesmo, se ele é resultado dos movimentos moravianos³², metodistas³³, ou até o avivamento asiático. Porém, é consensual que os pentecostalismos, começaram a ganhar mais forma, no período moderno/contemporâneo:

“Há consenso geral de que as origens do movimento pentecostal moderno podem ser rastreadas até 1 de janeiro de 1901, numa pequena escola bíblica em Topeka, Kansas, EUA. Ali foi feita uma clara conexão entre a experiência do batismo no Espírito Santo e o falar em línguas. Essa experiência foi entendida à luz da descrição do derramamento milagroso do Espírito no dia de Pentecoste, que é descrito em Atos 2 como capacitação para a missão. (...) Foi transmitida a William Seymour, pregador sério que levou a mensagem pentecostal para uma pequena missão improvisada no sul da Califórnia. O avivamento da Rua Azusa (1906-1909) que Seymour presidiu semeou as sementes de um movimento que se tornaria no que certo estudioso chamou de “o movimento social de maior sucesso do século passada”. (MENZIES, 2016, p.11)

A citação acima é extremamente importante, pois Roberto Menzies é fonte primária, e é um dos maiores nomes dentro da teologia e história do movimento pentecostal.

²⁸ “Pentecostes era a segunda das três principais festividades judaicas da Antiga Aliança e era realizada cinquenta dias após a Páscoa (Levítico 23,15-21) daí a razão do nome Pentecostes” pág. (Carvalho, 2017)

²⁹ “é a manifestação das línguas estranhas no batismo no Espírito Santo bem como das línguas como um dos dons espirituais. Segundo os pentecostais, são línguas celestes e ininteligíveis”.

³⁰ “xenolalia é outra coisa, é a habilidade de falar uma língua que o indivíduo não aprendeu. O termo vem do grego *xenos*, “estrangeiro, estranho”, e “*lalein*”, “falar”.”

³¹ Local do primeiro avivamento moderno

³² Foram os primeiros a formular o conceito de evangelização

³³ Seguidores do reformador John Wesley

Sendo um erudito interno, o mesmo pode evidenciar de forma mais precisa, as configurações internas do pensamento pentecostal.

Com isso podemos elencar alguns pontos. Primeiro, é um movimento, de realidade teológica, contudo, vemos a sua distinção para outras vertentes do cristianismo. Para os outros movimentos evangélicos, a narrativa religiosa acontece de dois modos: ou é evento histórico com objetivo histórico somente, ou é a história de Deus na história humana (Karl Barth), no qual há manifestações sobrenaturais para tempos e localidades específicas. Obstante, na cosmovisão pentecostal, toda narrativa bíblica é uma realidade presente. Compreende-se também no pentecostalismo clássico, que há dois povos distintos, a Igreja e Israel. Na Igreja, estão reunidos todos aqueles que acreditam em Cristo como seu salvador. E em Israel, todos os descendentes de Isaque, filho de Abraão. Outro ponto que vale a pena ressaltar é que, no seio do pentecostalismo, esta a busca, por todas as inspirações do proto-cristianismo, e como que essa tem que ser as inspirações da igreja de hoje, dentre as que podemos mencionar, estão à preocupação com os necessitados e marginalizados. Atendendo as necessidades dos mais carentes, como um mecanismo de transformação social. Há igualmente, um tipo de eclesiologia,³⁴ que é fruto de uma hermenêutica inclusiva, tornando-se, em um ambiente onde todos tem voz, desde a criança até o mais idoso.

O segundo tem a ver com os protagonistas deste movimento e o local do seu “nascidouro”, apesar de hoje os pentecostalismos ter se tornado mais acadêmico e terem em si atualmente, pessoas das classes pobres e médias, em todo o seu percurso, os protagonistas foram e ainda são, de lugares periféricos, pessoas leigas, operários, e filhos de escravos. William Seymour por exemplo, que é tido como o pai do pentecostalismo moderno, era filho de escravos e sapateiro. As dificuldades trabalhistas e sociais enfrentadas nos seus dias, fez com que perdesse a visão de um de seus olhos, mesmo assim ele frequentou o seminário. Ratifico, porém, que dada à segregação racial, não podia participar dentro das classes de aula, tendo que participar fora da sala de aula. Todavia, o seu anseio por ser um pregador,³⁵ foi em partes por influência de uma pregadora afro-americana. Talvez atualmente, isso hoje não teria tanto impacto como teve na sua época, mas se trouxermos a lembrança, há de se lembrar de que, era um período de racismo e segregação social e machismo, mesmo que fosse de forma mais branda na Califórnia. O contato com a tal pregadora possibilitou uma visão mais aberta

³⁴ Disciplina do curso de teologia, que estuda a história, função e cargos da igreja.

³⁵ Pastor ou qualquer pessoa dentro dos círculos religiosos cristãos de vertentes protestantes que expõem as passagens bíblicas.

para Seymour, sendo que no evento “Avivamento da Rua Azusa”, não havia somente negros e brancos participando do mesmo culto, como também homens e mulheres de inúmeras nacionalidades, demonstrando o viés inclusivo e multifacetado do mesmo.

A indagação que nos inquieta é: Por que todas essas vivências internas não sobressaíram para esfera pública? Porque essa inclusão ficou só no âmbito religioso, não tendo nenhuma crítica social a partir desta? O que fez com que esses fossem tão indiferentes? Para tentarmos responder, precisaremos retomar a realidade sociocultural da época. Devemos nos lembrar de que, sendo a grande maioria dos mesmos analfabetos e semianalfabetos, não possuíam nenhuma oportunidade, de alguma ação na esfera pública. Agravando o problema, uma parcela expressiva era negra, ex-escravos, e de nacionalidades diversas. Os cultos não era um ambiente que possibilitava um aparato que lhe dessem o conhecimento, e que os capacitasse para uma transformação social, sendo na verdade um local de acalento para as suas almas, um local de “refrigério” para as suas vidas sofridas e desprezadas, demorando ainda algumas décadas para esse movimento ter alguma voz.

As pautas, cristianismo e sua ação no espaço sociopolítico, foram retomados somente tardiamente, por outra vertente religiosa, a saber, os batistas tradicionais, por meio do pastor e ativista Martin Luther King Jr.

Reiterando o que abordamos anteriormente, o pentecostalismo em seu nascedouro, era constituído, de pobres, pessoas sem uma educação privilegiada, e um movimento marginalizado, tanto religioso como na sua realidade sociocultural. Logo que, as suas cosmovisões e doutrinas, foram tomadas de outras denominações. Seja por ignorância, pouca ou nenhuma educação dos líderes e representantes, muitas barreiras foram levantadas, por meio de algumas doutrinas bíblicas, principalmente as de cunho mais abstrato. A indagação recaía, no como conciliar doutrinas e sua aplicação e relevância na esfera pública. Como muitas destas comunidades, focavam prioritariamente na doutrina da eminente volta de Cristo, tornava as expectativas públicas e sociais inválidas, no qual a realidade social e política eram irrelevantes. Apesar de, atualmente haver uma preocupação “teopolítica,” como clichês diziam e ainda dizem, e cantam: “não somos deste mundo, estamos aqui só de passagem, o céu é o nosso lar.” Deste modo, verificamos que em suas realidades históricas, foi um movimento apolítico, mas para entendermos, recorremos a sua principal instauração no terreno brasileiro.

11. 3. 1 Os Pentecostalismos no Brasil

No Brasil a expansão do movimento pentecostal, é resultado de duas denominações: Congregação Cristã no Brasil (CCB) e as Assembleias de Deus (ADs) ambas da década de 10. A Congregação não teve muita força inicialmente, pois o seu fundador não tinha como objetivo os brasileiros, mas sim as comunidades italianas. As reuniões eram em italiano, e para as comunidades italianas. As Assembleias de Deus, pelo contrário, apesar de os fundadores serem suecos e com forte influência escandinava, buscaram ser “um” com a cultura brasileira. Principalmente nas regiões mais periféricas do Brasil, começando pela fundação, e implantação nas comunidades pobres da cidade do Belém do Pará.

O Dr. Rafael Gama,³⁶ no minicurso pentecostalismos, aula “Do norte ao sul – as origens do pentecostalismo no Brasil (1910-1930)”, especifica também que, a dilatação do grupo é fruto da crise da extração da borracha, como também da revolução industrial que fez com que os trabalhadores saíssem de regiões norte e nordeste procurando trabalho em outras regiões do Brasil principalmente nas regiões sudeste. Entretanto, ao chegar aqui, encontraram dificuldades com as igrejas locais, pois a prédica destas localidades eram mais “letradas” e “abstrata,” totalmente distinta da cultura e realidade destes operários. A distância, e na maioria das vezes localizadas nos grandes centros, foi outro problema. É nesse ínterim, que os pentecostais demonstram a sua relevância religiosa para essa população, pois eram fundadas nas comunidades locais, por mulheres pobres, e na maioria das vezes, pessoas que vivenciam e vivenciava em conjunto a realidade destes personagens.

Diante disso, é perceptível que, apesar das diferenças socioculturais, tem algo que exemplifica o que é ser pentecostal, indiferentemente de ser ele um brasileiro nos subúrbios de Manaus, americano de Brooklyn ou um nigeriano na grande cidade de Lagos na Nigéria. Mas como assimilar isto? Nas palavras de James K Smith

Antes de mais nada, o pentecostalismo não se resume a uma tradição doutrinária ou intelectual; ele consiste em uma constelação afetiva de práticas e de “rituais” integrados. Tomando emprestadas as palavras de Wittgenstein, poderíamos dizer que a espiritualidade pentecostal é “uma forma de vida. (SMITH, 2020, p.25)

Nas palavras Smith, podemos dizer que o unifica o movimento pentecostal, é a sua afetividade que, se inicia a partir das próprias realidades dos fiéis, não sendo algo abstrato

³⁶ Mini curso Pentecostalismo - Dr Rafael Gama. (12 de 07 de 2021). *Faculdade Refidim*. Recuperado el 12 de 07 de 2021, de Faculdade Refidim: <https://youtu.be/mPJYvM2Q7AE>

e de difícil similitude. Devemos corroborar que esta é uma religiosidade pautada na experiência.

O Dr. Maxwell Fajardo,³⁷ concorda com a assertiva de Gama, porém a amplia, verificando que ela é mais presente nas periferias, e não somente isso, ele também postula que o mesmo é mais robusto e mais presentes nos continentes emergentes como as Américas (Latina e Central), África e Ásia. Prontamente que, o pentecostalismo não reflete somente uma via religiosa, mas também um tipo de cosmovisão, e uma realidade sociocultural que procuram aceitação pública. Sobre a sua atuação no âmbito público e sobre o viés político religioso, falaremos num tópico específico.

A compreensão da estrutura da cosmovisão pentecostal mesmo que basilar, válida o nosso intento de poder clarificar as nuances desse movimento. A compreensão dos elementos que fazem parte de todo sujeito pentecostal, é extremamente importante, para podermos tentar conciliar as suas contribuições para filosofia, como posteriormente para esfera pública, através da ótica da filosofia política.

12. Contribuições do pentecostalismo para filosofia

James K. A. Smith filósofo canadense a qual já citamos anteriormente, que se considera cristão e pentecostal enumera em seu livro “Pensando em línguas – contribuições pentecostais para a filosofia cristã”, cinco motivos por que a cosmovisão pentecostal seria relevante para filosofia em geral. Entre os cinco, colocaremos três somente, pois as outras duas, são de cunho mais teológico de tal forma que saíra do escopo deste trabalho. Portanto as enumeradas são estas: valorização não dualista do aspecto corporificado, destaque à cura divina e hermenêutica pentecostal.

12. 1 Valorização não dualista do aspecto corporificado

³⁷Mini Curso Pentecostalismo - Dr Maxwell Fajardo. (05 de 07 de 2021). *Faculdade Refidim*. Recuperado el 05 de 07 de 2021, de Faculdade Refidim: <https://youtu.be/Oas3tCZSdwA>

Nos pentecostalismos, o corpo não é um mau como pensava os gnósticos, nem uma cadeia da alma, conforme a teoria platônica. No movimento em questão, há uma profunda preocupação com o aspecto vivencial, não somente em conceitos abstratos, pois é por meio do corpo que o pentecostal “adora” e vive.

Portanto, libertação e emancipação não se remetem apenas a algo “espiritual”; o evangelho não é somente um tônico para as almas. Por trás desse reconhecimento existe uma proposta mais ampla, isto é, um sentido de que o evangelho valoriza a pessoa como um todo. Em outras palavras, integrado bem a raiz dessa afirmação central de que Deus se importa com o nosso corpo está um reconhecimento radical da bondade da criação que se reflete (ou de se refletir) em uma afirmação da bondade intrínseca do corpo e da materialidade. (SMITH, 2020, p.83).

Podemos verificar então que as curas divinas e as “portas abertas”³⁸, não reflete somente a onipotência divina, mas sim apresenta o amor divino para aqueles que foram esquecidos e abandonados pelo poder público. A fim de ajudá-los, Deus se manifesta restaurando as debilidades e oferecendo auxílio, para que assim eles consigam retomar suas vidas até a volta eminente de Cristo, por meio da igreja atuante.

12. 2 Destaque à cura divina

Aqui temos um tipo de cosmologia que, é afetiva com pautas nas narrativas individuais e sociais, para não dizer que a teologia pentecostal, é a “teologia da narrativa”. Para o filósofo canadense, esse tipo de abordagem, é uma “orientação escatológica voltada para missões e para justiça.” As narrativas na maioria das vezes, se dão como um mecanismo de preferência aos marginalizados, isso acontece segundo Smith, justamente porque o pentecostalismo sempre foi tido como um movimento periférico.

Na verdade, parece-me que uma história pentecostal da filosofia trabalharia de forma marginal, por assim dizer, dando expressão a discursos que foram ignorados ou silenciados pela tradição dominante (e racionalista) ocidental. É por esse motivo que quando defendo o desenvolvimento de uma filosofia pentecostal, também me posiciono a favor de uma história de uma filosofia pentecostal, não de uma forma exaustiva ou abrangente (buscando tomar o lugar da história da filosofia “convencional”), mas sim na forma de uma contribuição especial apresentada pelos pesquisadores pentecostais de nível superior. (SMITH, 2020, p. 49)

³⁸ Jargão pentecostal, que se refere a benesses materiais e em alguns casos até libertação física e espiritual, e até oportunidades de emprego.

Ainda sobre esse quesito, Smith vai pontuar que a metodologia teria similitude com o método de investigação histórica foucaultiana, a saber, “insurreição de conhecimentos subjugados.” Por meio destes apontamentos iniciais, podemos inferir que, os pentecostalismos, traz em seu bojo, uma crítica ao dualismo platônico. Conforme verificamos anteriormente, dentro desta vertente cristã, o evangelho não é só espiritual, mas físico e imanente também, verificado na autonomia e a abertura para o transcendente experimentada pelos fiéis, evidenciado por meio das orações por cura, e libertações espirituais. Outro ponto relevante é a sua crítica à homogeneidade religiosa e cultural, pois o mesmo em si próprio é multifacetado, observamos tanto na maneira de como são feitas as campanhas em busca de curas, como as configurações litúrgicas de igrejas de uma mesma denominação. Não é só espaço público que muda, mas toda dinâmica religiosa. Essas distinções são de sobremaneira valiosas, pois é por meio delas que os pentecostais desenvolvem seus conceitos para políticas públicas que, iremos trabalhar posteriormente, no tópico hermenêutica pentecostal. De tal forma, que é justificável de certo modo, a proposta do filósofo em questão.

12.3 A hermenêutica pentecostal

Toda ciência que venha trabalhar com conceitos humanos e sociais, terá que se repousar se em alguma metodologia que, visa trazer uma interpretação própria e singular. A concepção de que esse mecanismo será objetivo e neutro, é algo que a pós-modernidade estar demonstrando que é uma falácia. Apesar disso, não queremos dizer que, as ciências não trabalhem com verdades, queremos dizer que é dificultoso trabalhar com conceitos absolutos. Mas para qualquer pessoa, o impasse não seja só o problema de método, mas de realidade epistêmica também, pois mesmo que haja verdades do tipo absoluta e universais, a finitude humana, as diferentes culturas, as distintas cosmovisões e as implicações psicológicas tornam isso uma utopia no campo científico. Então, não podemos generalizar, dizendo que há uma cultura homogênea, mas culturas semelhantes e atravessadas. Nesse tópico tentaremos entender a hermenêutica pentecostal.

A hermenêutica pentecostal não partiu do conceito cartesiano “penso logo existo”, na verdade nela se vê uma crítica ao método racionalista e dualista. Contudo, de modo algum quer dizer que há um desprezo ao saber cognitivo e intelectual, mas que ela conclui que, um

tipo de saber que repousa somente neste método, (racionalista/dualista) não pode ser totalmente válido, e através de uma visão mais ampla, demonstra-se a falsa realidade da pseudoneutralidade do método.

Smith mostra duas maneiras que estrutura a epistemologia e hermenêutica pentecostal. Ela se configura, se estruturando numa epistemologia afetiva que, se configurará numa narrativa experiencial e de resistência social. O entendimento desses conceitos acarretará, em um entendimento mais amplo dessa cosmovisão e cosmologia, e de suas implicações políticas. Essa busca de entendimento, ele vai chamar de olhar afetivo. Mas, podemos de chamar de amor com a narrativa do outro, que leva em conta essa resistência que busca o cuidado para o outro.

Desse modo, os teólogos e os expositores bíblicos pentecostais que levam a Sério espiritualidade pentecostal dos primórdios falam com uma "voz libertadora que têm sotaque pós-moderno", uma vez que o pentecostalismo é um protesto contra as características centrais da modernidade e oferece um entendimento alternativo da realidade principal e dos meios para entendê-la. Os estudiosos pentecostais e carismáticos que estão contribuindo para o desenvolvimento contemporâneo da teologia crítico-constructiva pentecostal vêm avançando para além da modernidade sem abraçar as formas niilistas, individualistas e puramente naturalistas da pós-modernidade ou sem senso crítico promovendo o pós-modernismo como o salvador do cristianismo. (SIQUEIRA e TERRA, 2020. n.p).

Podemos ver na hermenêutica pentecostal uma busca pelo ser humano no seu todo, visando o aprimoramento deste no espaço público, por meio de uma exegese experiencial narrativa buscando na realidade sociocultural uma “teopolítica”.

Conclusão

Conhecer a ideologia de um determinado grupo e sua cosmovisão e hermenêutica é de vital importância para, conhecer suas bases, fundamentação e teorias. No caso dos evangélicos em questão, juntamente com os conceitos doutrinários próprios, verificamos também quais deles podem ter necessariamente alguma relevância pública, e como estes sujeitos outrora apolíticos, se tornaram sujeitos que buscam de forma ativista uma representatividade.

Quando trabalhamos o conceito de representatividade, vemos que majoritariamente, as pesquisas sempre se voltam para ciências sociais e políticas. Não que isso não seja

importante, ao contrário julgo de valor inestimável, ratifico, porém que, por viés filosófico, e no caso desse trabalho, trazendo uma realidade evangélica, a muito a ser explorado aqui. Principalmente porque além destes aspectos políticos, tivemos aqui, conceitos que tem aspectos de cunho religioso também. Outrossim, é o inúmero interesse que surgido destes segmentos do cristianismo (evangélicos e pentecostais) desde disciplinas filosóficas até áreas de linguísticas, política, economia e sociologia, entendendo que a narrativa dos mesmos, é importante, dentro pano de fundo histórico e político.

Cremos que de forma muito sucinta, através deste trabalho, apresentamos a cosmovisão política pentecostal e seus ativismos evangélicos. Não intentamos exaurir todos principais princípios demandados aqui, devido ao tamanho do trabalho em questão, entendendo que, até mesmo alguns conceitos, estão longe de ter uma definição definitiva.

Concluimos que o material em questão servirá a priori, como um esboço, para tentar compreender como discorre os conceitos ativismos e representatividade numa cosmovisão evangélica pentecostal, e como a influência cristã contribuiu e contribuirá, para política pública através de um viés filosófico.

Bibliografia

- Barclay, William. Comentario al nuevo testamento - tomo 10 - Gálatas y Efesios. **Barcelona: Editorial CLIE.** 1995.
- Bezerra, Juliane. **Estado Laico.** 2011-2022. (acesso em 05 de 01 de 2022).
- Boyd, Gregory A. The Myth of a Cristian Nation: How the Quest Political Power is Destroying the Church. **Zondervan.** 2009.
- Brunner, Emil. Romanos. **São Paulo: Fonte Editorial.** 2020.
- Canuto, Manoel. A fé protestante. **os Puritanos, s.d.**
- Comte, Auguste. Comte - **Os Pensadores. São Paulo: S.A Cultural e Industrial.** 1978.
- Copan, Paul. “O argumento Moral.” In: Ensaio apologéticos - um estudo para uma cosmovisão cristã, por Wiliam Lane Craig e J. P. Moreland Francis J.Beckwith. **São Paulo: Hagnos,** 2006.
- Dawkins, Richard. Deus um delírio. **Rio de Janeiro: Companhia das Letras,** 2017.
- Feldman, Richard. Epistemology. Prentice Hall: **Upper Saddle River,** 2003.
- Finney, Charles. Teologia Sistemática. **Roquim Ebook Store,** 1878.

- Grudem, Wayne. Política segundo a Bíblia - princípios que todo cristão deve conhecer. **São Paulo: Vida Nova, 2016.**
- Hobbes, Thomas. Elementos da Filosofia. **Campinas: Unicamp, 2005.**
- HOBBS, THOMAS. LEVIATÃ. **São Paulo: Martins Fontes, 2008.**
- King James Fiel. Bíblia Sagrada. **Niterói/RJ: BV Films Editora, 2017.**
- Koyzis, David T. Visão e ilusões políticas - uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas. **São Paulo: Vida Nova, 2021.**
- Kylmer Sebastian de Carvalho Pereira, Wilson Camilo Chaves. **Freud e a religião: a ilusão que conta uma verdade histórica.** 22 de 05 de 2016. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382016000100008 (acesso em 19 de 11 de 2021).
- Latim e Direito Constitucional. **Latim e Direito Constitucional.** 08 de novembro de 2007. <https://www.latimedireito.adv.br/artigos/355-o-verdadeiro-espírito-da-democracia> (acesso em 04 de 04 de 2022).
- Leite, André Luis. Militância e ativismo - cinco perguntas fundamentais. **porto alegre: Comprehensive Peer, 2020.**
- leite, André Luis. Militância, ativismo e invenção (notas sobre a imaginação política). **Porto Alegre: Comprehensive Peer, 2020.**
- Lewis, C. S. Cristianismo puro e simples. **Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.**
- Majewski, Rodrigo Gonçalves. Assembleia de Deus e Teologia Pública: O discurso pentecostal no espaço público. **São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2010.**
- Maquiavel, Nicolau. O príncipe. **SÃO PAULO: Martins fontes, 2017.**
- McDowell, Bruce A. **www.monergismo.com.** 14 de 12 de 2007. (acesso em 05 de 01 de 2022).
- MENZIES, ROBERT P. PENTECOSTE; ESSA HISTORIA É A NOSSA HISTORIA. **RIO DE JANEIRO: CASA PUBLICADORA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS, 2016.**
- Miguel, Igor. **Tu porém - permanecendo firme em tempos de dúvida.** 2012-2022. (acesso em 21 de 12 de 2021).
- Mini Curso Pentecostalismo** - Dr Maxwell Fajardo. Faculdade Refidim. 05 de 07 de 2021. <https://youtu.be/Oas3tCZSdwA> (acesso em 05 de 07 de 2021).
- Mini curso Pentecostalismo** - Dr Rafael Gama. Faculdade Refidim. 12 de 07 de 2021. <https://youtu.be/mPJYvM2Q7AE> (acesso em 12 de 07 de 2021).
- Nascimento, Walmir. entre a fé e a política. **Rio de Janeiro: CPAD, 2018.**

- Piper, John. Cinco pontos - em direção a uma experiência mais profunda da graça de Deus. **São Paulo: Fiel Editora, 2013.**
- Platinga, Alvin. Conhecimento e crença Cristã. Brasília : **Academia Monergista, 2016.**
- Popper, Karl R. A lógica da pesquisa científica. **São Paulo: CULTRIX, 1972.**
- Rosenfield, Denis L. O que é Democracia. **São Paulo: Brasiliense, 2003.**
- Russel, Bertrand. Porque não sou Cristão - E outros ensaios sobre religião e assuntos correlatos. **Livraria Exposição do Livro, 1957.**
- Smith, James K. A. Pensando em línguas - contribuições pentecostais para a filosofia cristã. **Rio de Janeiro: Thomas Nelson , 2020.**
- Sylvana Maria Brandão de Aguiar, Edson de Araújo Nunes, Renan Vilas Boas de Melo Magalhães, Rafaella Valença de Andrade Galvão. “Marx e a religião: a construção do conhecimento histórico.” **III Colóquio de História - Brasil : 120 anos de república. Recife, Pernambuco: UNICAP, 19-22 de 10 de 2009.**
- Terra, Gutierrez Siqueira e Kenner. Autoridade Bíblica e experiência o Espírito - a contribuição da hermenêutica pentecostal carismática. **Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2020.**